



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU
Secretaria Municipal de Governo



PMCA/RJ
PROCESSO N.º: 114/2019
RUBRICA _____ FLS _____

EDITAL DE LICITAÇÃO

OBJETO: Referente à aquisição de medicamentos de especialidade para distribuição gratuita, para os pacientes cadastrados no Setor de Assistência Social da Secretária Municipal de Saúde, atendidos e Mandados Judiciais.

ÓRGÃO REQUISITANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

RETIRADA DE EDITAIS: RUA PADRE ANCHIETA N.º 234, CENTRO – CASIMIRO DE ABREU-RJ

Senhor Interessado:

Caso deseja receber informações a respeito do andamento desta licitação, fineza preencher os dados abaixo e encaminhá-los pelo endereço: licitacao@casimirodeabreu.rj.gov.br

PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2020
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 114/2019

Razão Social

Endereço:

Contato:

Fone: / Fax:

E-mail:



PREGÃO PRESENCIAL

Pregoeiro: Marcelo Pereira Rangel
Equipe de Apoio: Cintia Correa Leandro
Débora da Silva Aguiar
Neiva Maura Gomes Guarabu

Pregoeiro e Equipe de Apoio designados pela Portaria n.º 630/2019 de 29 de julho de 2019.

SUMÁRIO

PREÂMBULO

1. **OBJETO;**
2. **DOS PREÇOS ESTIMADOS PELA ADMINISTRAÇÃO;**
3. **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA;**
4. **DA PARTICIPAÇÃO;**
5. **DO CREDENCIAMENTO;**
6. **DAS PROPOSTAS COMERCIAIS;**
7. **DA SESSÃO DO PREGÃO E DA FORMULAÇÃO DOS LANCES;**
8. **DA HABILITAÇÃO;**
9. **DO RECURSO;**
10. **DA HOMOLOGAÇÃO;**
11. **DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;**
12. **DA VIGÊNCIA DA ATA;**
13. **DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS;**
14. **DA CONTRATAÇÃO;**
15. **DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES PARA ENTREGA;**
16. **DO PAGAMENTO;**
17. **DA ANULAÇÃO E DA REVOGAÇÃO**
18. **DAS SANÇÕES APLICÁVEIS;**
19. **DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL;**
20. **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.**

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II – (MODELO) CREDENCIAMENTO;

ANEXO III – (MODELO) DECLARAÇÃO DE QUE PREENCHE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;

ANEXO IV - (MODELO) PROPOSTA COMERCIAL;

ANEXO V – (MODELO) DECLARAÇÃO DE MENOR EMPREGADO;

ANEXO VI – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

ANEXO VII – ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA.

ANEXO VIII – (MODELO) DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE;

ANEXO IX – (MODELO) DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO;

ANEXO X – (MODELO) ORDEM DE FORNECIMENTO;;

ANEXO XI – MINUTA DE CONTRATO;

ANEXO XII – DECLARAÇÃO DE AUSENCIA DE VINCULO COM O SEVIÇO PUBLICO;



PREÂMBULO

O Município de Casimiro de Abreu torna público aos interessados que promoverá a presente licitação destinada a selecionar a proposta mais vantajosa, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2020, REGISTRO DE PREÇOS**, do Tipo Menor Preço **Por Item**, cuja sessão publica terá início no dia **23/01/2020**, às **09h30min.**, na sala de Reunião localizada na Sede da Prefeitura Municipal de Casimiro de Abreu situada na Rua Padre Anchieta 234 - Centro, regida pela Lei Federal n.º 10.520, de 17.07.02, pelo Decreto Municipal n.º 520, de 15.04.2015, Decreto n.º 1626/2019, de 08/08/2019, pela Lei Complementar n.º 123, de 14.12.2006, com aplicação subsidiária da Lei Federal n.º 8.666 de 21.06.93, e alterações posteriores a estas normas, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto neste Edital.

1. OBJETO

1.1. Registro de Preços referente a aquisição de medicamentos de especialidades para distribuição gratuita conforme especificações constantes do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

2. DOS PREÇOS ESTIMADOS PELA ADMINISTRAÇÃO

2.1. O preço global é estimado no valor de R\$ 3.476.319,40 (três milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, trezentos e dezenove reais e quarenta centavos), pela Administração foi definido conforme os valores constantes na PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS - ANEXO IV deste Edital.

3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. A despesa decorrente desta Licitação correrá à conta do Programa de Trabalho n.º 10.302.0071.2101, e Elemento de Despesa n.º 33.90.32.03.3000, pela Administração foi definido conforme os valores constantes na PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS - ANEXO IV deste Edital.

4. DA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar desta licitação os interessados que atenderem às exigências constantes deste Edital, inclusive quanto à documentação, que consiste em:

a) credenciamento junto ao Pregoeiro, devendo o interessado (Sócio), ou seu representante legal, comprovar a existência dos necessários poderes para a formulação de propostas e para a prática dos demais atos inerentes ao certame;

b) declaração do licitante dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação;

c) proposta comercial em envelope lacrado, no qual deverão constar, na parte externa, a identificação do licitante e o número da licitação, além dos dizeres: "Envelope 01 – Proposta Comercial";

d) documentos de habilitação em envelope lacrado, no qual deverão constar, na parte externa, a identificação do licitante e o número da licitação, além dos dizeres: "Envelope 02 – Habilitação";

e) Na fase de Credenciamento o licitante deverá apresentar a documentação pertinente ao Credenciamento fora do envelope e entregar os "Envelope 01 – Proposta Comercial" e "Envelope 02 – Habilitação" lacrados no mesmo instante, não será permitido a nenhum licitante entrar na sala de licitação com os referidos envelopes abertos.

4.1.1. Fica proibido o fechamento de qualquer dos envelopes na sala de licitação, sob pena de exclusão de participação do certame.

4.1.2. A participação no certame implica a aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

4.1.3. As Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte aptas a participar do certame e usufruir das prerrogativas da LC 123/06, aquelas empresas definidas no Artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/06 e que não se enquadram em nenhuma das situações previstas no § 4º deste mesmo Artigo.

4.1.4. Os Microempreendedores Individuais, as Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte doravante serão designados respectivamente por MEI/ME/EPP.

4.2. Não poderão participar da presente licitação:

a) consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;

b) empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas;

c) pessoas físicas e jurídicas suspensas temporariamente de participar de licitações e impedidas de contratar com a **Administração Municipal Direta e Indireta**, nos termos do inciso III, do artigo 87, da Lei Federal 8.666/93;

d) pessoas físicas e jurídicas já incurso na pena do inciso IV, do art. 87 da Lei n.º 8.666/93, seja qual for o órgão ou entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública;

e) pessoas físicas ou jurídicas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

f) pessoas físicas ou jurídicas que incidirem no estipulado no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93.



4.3. A participação no certame implica a aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. No dia, hora e local estabelecidos neste Edital, o proponente deverá comprovar que detém poderes para a formulação de propostas e para a prática dos atos relativos ao certame, apresentando-se junto ao Pregoeiro munido de documento que o habilite.

5.2. A documentação referente ao credenciamento deverá ser apresentada **fora dos envelopes**, para análise pela Equipe de Apoio.

5.3. O representante a ser credenciado deverá ser distinto e único para cada licitante e comparecerá à sessão munido dos seguintes documentos:

- a. Cópia e original da Carteira de identidade ou de qualquer outro documento com foto, reconhecido e devidamente inscrito no Órgão a que pertence;
- b. Cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado. Em se tratando de sociedade comercial ou sociedade por ações, deve estar acompanhado de documento de eleição de seus administradores. **No caso de Microempreendedor Individual, apresentar o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, disponível em <http://www.portaldoempreendedor.gov.br>**; No caso de sociedade civil, o responsável deve apresentar a inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício. Em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, deve ser apresentado o decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame;
- c. Procuração pública ou particular **com firma reconhecida** ou Credenciamento, conforme o **Anexo II**, exceto quando o representante a ser credenciado pelo licitante possuir poderes de representação da mesma, independente de autorização de outrem, constante dos documentos previsto no item “b”;
- d. O licitante deverá apresentar a declaração em atendimento ao inciso VII do art. 4º da Lei n.º 10.520/2002 (conforme Anexo III), **porém será indispensável a apresentação da referida Declaração**, sob pena de inaptidão para participar do certame;
- e. O licitante enquadrado na condição de microempresa – ME ou empresa de pequeno porte – EPP deverá apresentar:
 - 1 Declaração de enquadramento de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (ANEXO XII);
 - 2 Declaração ou Documento congênere que confirme o enquadramento declarado pela empresa na condição de microempresa – ME ou empresa de pequeno porte – EPP, registrada no respectivo órgão de registro público (JUCERJA).

e1. O licitante que, por inobservância, deixar de apresentar a Declaração ou Documento Congênere exigido no item “2” da alínea “e” deste item, poderá, a critério do Pregoeiro, ter o documento consultado junto ao órgão de registro através da internet no ato de Credenciamento e, se a consulta for positiva, o mesmo receberá o benefício previsto na alínea “e” deste item;
- f. Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos, expedida pelo Tribunal de Contas da União no endereço eletrônico <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0>:
 - f.1. O licitante que, por inobservância, deixar de apresentar a Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos ou Documento Congênere exigido na letra “f” deste item, poderá, a critério do Pregoeiro, ter o documento consultado junto ao órgão de registro através da internet no ato de Credenciamento e, se a consulta for positiva, o mesmo não poderá participar das fases posteriores da licitação.

5.4. Será realizada consulta junto ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Municipal para verificação dos impedimentos.

5.5. A ausência dos documentos arrolados nas alíneas “a” e “c” não excluirá o licitante do certame, mas importará a preclusão do direito de formular lances na sessão, na renúncia ao direito de interposição de recursos e a prática de todos os demais atos inerentes ao certame. A ausência dos documentos arrolados na alínea “b” e “d”, decairá o direito de participar das fases seguintes do certame e, a ausência do documento arrolado na alínea “e” decairá o direito do uso das prerrogativas estabelecidas na Lei Federal 123/06.

6. DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

6.1. A proposta comercial poderá ser elaborada conforme modelo (**Anexo IV**) deste Edital, obedecidas as disposições do Termo de Referência (**Anexo I**).

6.1.1. A fim de obter maior celeridade e eficiência no procedimento licitatório, os Licitantes, poderão fazer o download do programa Beta AutoCotação através do site oficial da Prefeitura Municipal de Casimiro de Abreu no endereço <http://www.casimirodeabreu.rj.gov.br>, na página de Licitações, na seção de Downloads e procedendo da seguinte forma:



- a) baixe o Sistema para Cotação – Betha Auto Cotação em seguida instale o programa;
- b) abra o programa e efetue o cadastro de sua empresa;
- c) baixe na seção Todas as Licitações o Edital e a Proposta e faça a extração do arquivo que está compactado junto com a proposta baixada no site oficial;
- d) abra o arquivo nomeado com AC_LICITACAO_PR_..... através do Betha Auto Cotação e efetue o lançamento dos valores unitários da sua proposta, marca/modelos, bem como todas as exigências contidas no item 4.1.3, utilizando o campo observação se necessário e, em seguida clique em gravar;
- e) faça a impressão da proposta e acrescente no envelope correspondente a Proposta de Preços;
- f) salve a proposta clicando no disquete localizado na barra superior direito do programa, em seguida, feche o programa. Vá ao local aonde está o arquivo AC_LICITACAO_PR_..... e copie o mesmo para um pen drive que deverá ser trazido no dia do certame para a efetuação da leitura da proposta de preço pelo Sistema Betha Compras;
- g) não poderá existir divergência entre os valores da proposta impressa e a proposta contida no pen drive;

6.1.2. O programa Betha AutoCotação, facilitará o preenchimento da Proposta de Preço pelo licitante, evitando erros, rasuras geradas pelo preenchimento manuscrito e outras inconsistências, bem como, torna mais ágil e simples a leitura e análise da Proposta pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio junto ao Sistema Betha Compras, programa esse que é utilizado para gerenciar as licitações desta Prefeitura.

6.1.2.1. Caso o programa Betha AutoCotação instalado apresente algum tipo de erro, deverá ser baixado o programa atualizado no site <http://www.casimirodeabreu.rj.gov.br>, na página de Licitações, na seção de Downloads ou diretamente no site da Betha no linck <http://download.betha.com.br/>.

6.1.2.2. O LICITANTE NÃO FICA OBRIGADO A APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA NO FORMATO BETHA AUTO COTAÇÃO, podendo ser preenchido manualmente no formulário do Anexo IV que pode ser baixado no site <http://www.casimirodeabreu.rj.gov.br>, na página de Licitações. Todas as Licitações, em formato PDF o qual estará compactado juntamente com o arquivo AC_LICITACAO_PR_..., conforme informado no item 7.1.3, “c”.

6.1.3. Na proposta comercial deverão constar os seguintes elementos:

- a) razão social, CNPJ (que deverá ser o mesmo para a proposta comercial e Nota Fiscal), endereço completo, número de telefone, e-mail (se houver) e fax;
- b) especificações técnicas, marcas, modelo e outros elementos exigidos no **Anexo I**, de modo a identificar o produto ofertado e atender ao disposto no art. 31, da Lei nº. 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor;
 - b1) Nos casos em que o objeto licitado for prestação de serviço, não será obrigatório a indicação da marca no campo correspondente na proposta;
- c) preços unitário e total em moeda corrente do País, em algarismos, com 2 (duas) casas decimais após a vírgula, para todos os itens que compõem a proposta;
- d) data e assinatura do representante legal do licitante, com a identificação de seu nome abaixo da assinatura;
- e) **A licitante deverá apresentar a Planilha detalhada de Quantitativo e Preços Anexo IV – A da Proposta de Preços Anexo IV, sendo imprescindível o preenchimento de todos os campos da Planilha, sob pena de desclassificação da Proposta de Preços.**

6.1.4. No caso da existência de mais de um item o preço total proposto importará na multiplicação dos preços unitários pelos quantitativos estimados para a contratação de cada item.

6.1.5. Ocorrendo divergência entre o preço unitário e o preço total, prevalecerá o valor do preço unitário, desde que o julgamento seja menor preço por item. Caso seja por menor valor global, importará o preço total da proposta, sob pena de invalidação da mesma;

6.1.6. Será considerada desclassificada a proposta com valor unitário acima do valor máximo estimado constante da Proposta Comercial – Anexo IV deste Edital;

6.1.7. **Será considerada desclassificada a proposta que contiver emendas, rasuras ou entrelinhas, que dificultem o seu perfeito entendimento ou que possam comprometer a lisura do certame e quaisquer vícios que forem consideradas insanáveis pelo Pregoeiro;**

6.2. O prazo de validade da proposta será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão pública.

6.3. Nos preços apresentados deverão estar incluídos todos os custos necessários para a entrega dos materiais.

6.4. A proposta não poderá impor condições ou conter opções.

6.5. A Administração não se responsabilizará por envelopes que não sejam entregues ao Pregoeiro designado, no local, data e horário definidos neste Edital.

6.6. **Em hipótese alguma o pregoeiro receberá envelopes que não estejam lacrados ou que estejam apenas grampeados, sob pena de invalidação da proposta;**

6.7. Após a abertura das propostas, não será admitido cancelamento, inclusão ou exclusão de documentos, retirada da proposta ou alteração nas suas condições, ficando o licitante sujeito à suspensão ou cancelamento do seu registro, de acordo com as previsões legais, além da inclusão no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Municipal.

6.8. Falhas meramente formais poderão, após a análise, serem sanadas pelo Pregoeiro, desde que não caracterizem tratamento diferenciado em relação aos demais licitantes.



7. DA SESSÃO DO PREGÃO E DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

7.1. No dia, hora e local estabelecidos neste Edital, será realizada sessão pública para recebimento dos envelopes, devendo o interessado, ou seu representante, identificar-se e comprovar a existência dos poderes necessários para a formulação de proposta e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

7.1.1. O pregoeiro declarará aberta a sessão e receberá dos licitantes os documentos pertinentes ao credenciamento dos participantes e os envelopes de PROPOSTA COMERCIAL e HABILITAÇÃO.

7.1.2. A apresentação da proposta vinculará o seu autor a todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

7.1.3. Encerrada a etapa de Credenciamento, não serão credenciados novos licitantes. O limite de espera será tolerante em 15 minutos da abertura da sessão.

7.1.4. Em seguida, dar-se-á início à abertura dos envelopes de propostas comerciais para classificação.

7.2. Da Classificação das Propostas:

7.2.1. Após abertas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade das mesmas, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

7.2.2. Será declarada classificada, pelo Pregoeiro, a proposta do licitante que ofertar o menor preço, conforme critério de julgamento indicado no preâmbulo deste Edital, bem como as propostas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquele.

7.2.3. Não havendo pelo menos três propostas nas condições definidas no item anterior, o Pregoeiro classificará as próximas três melhores propostas subsequentes.

7.2.4. Qualquer discordância entre a descrição contida na Proposta de Preços e o Termo de Referência, no item 06, considerar-se-á a especificação contida na Proposta de Preço (Anexo IV), sob pena de Desclassificação.

7.3. Dos Lances:

7.3.1. O Pregoeiro convidará os licitantes classificados, individualmente e de forma seqüencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

7.3.2. O Pregoeiro poderá, em qualquer momento, estipular lances mínimos, a fim de evitar excessos de lances, que retardam o procedimento.

7.3.3. A critério do Pregoeiro, poderá ser acordado entre os licitantes participantes da etapa de lances, valor de redução ou percentual mínimo entre os mesmos e tempo máximo para sua formulação.

7.3.4. Dos lances ofertados não caberá retratação.

7.3.5. Caso o sistema informatizado de realização do pregão não defina automaticamente a classificação de propostas iniciais com preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.3.6. A desistência em apresentar lance verbal implicará a exclusão do licitante da continuidade da etapa de lances e a manutenção do último preço apresentado, para efeito de posterior ordenação das propostas.

7.3.7. O encerramento da etapa de lances dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, todos os licitantes classificados ou convidados manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.3.8. Se não forem ofertados lances verbais, será verificada a conformidade entre a melhor proposta escrita, ainda que seja a única formulada, e o valor praticado no mercado, podendo o Pregoeiro negociar diretamente com o proponente.

7.3.9. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por ME ou EPP e houver proposta apresentada por ME ou EPP até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, estará configurado o empate previsto no art. 44, § 2º, da Lei Complementar nº. 123 de 14.12.2006.

7.3.10. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

7.3.10.1. a ME ou a EPP mais bem classificada será convocada para, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada classificada em 1º lugar no certame, sob pena de preclusão do exercício do direito de desempate;

7.3.10.2. não sendo vencedora a ME ou EPP mais bem classificada, na forma do subitem anterior, ou sendo inabilitada pela não regularização fiscal no prazo estabelecido no subitem 8.7.1 deste Edital, serão convocadas as demais ME e EPP remanescentes, cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no caput desta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.3.11. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME e EPP que se encontrem no limite estabelecido no caput desta condição, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.3.12. Na hipótese da não contratação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado, desde que cumpridas às condições de habilitação, em favor da proposta classificada em 1º lugar na etapa de lances.

7.3.13. Caso haja necessidade, o pregoeiro poderá reagendar uma nova data para a continuação do certame.

7.4. Da Exequibilidade dos Preços:

7.4.1. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade daquela classificada provisoriamente em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

7.4.1.1. Para fins de aceitabilidade da oferta, o Pregoeiro deverá analisar o preço, em conformidade com a quantidade e a estimativa definida pela Administração, observado o critério de julgamento estabelecido neste Edital.



7.4.1.2. Não serão aceitas propostas com preços superiores aos valores estimados pela Administração para cada item, bem como não serão aceitos preços unitários superiores aos constantes da Proposta de Preços (Anexo IV).

7.4.2. Caso o Pregoeiro entenda que o preço é inexequível, fica estabelecido o prazo de até 2 (dois) dias úteis, para que o licitante demonstre a exequibilidade do seu preço através de documentos comprobatórios. Se for confirmada a inexequibilidade, o Pregoeiro convocará o próximo licitante melhor classificado, obedecida a ordem de classificação das ofertas até a apuração de uma que atenda as condições estabelecidas neste Edital.

7.4.3. Para demonstração da exequibilidade do preço ofertado, serão admitidos:

- a) planilha de custos elaborada pelo próprio licitante, sujeita a exame pela Administração; e/ou
- b) contratação em andamento com preços semelhantes.

7.4.4. O licitante que ofertar preço considerado inexequível pelo Pregoeiro, e que não demonstre posteriormente a sua exequibilidade, sujeita-se às sanções administrativas pela não manutenção da proposta, inclusive multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta originária, sem prejuízo de outras sanções como aquela tipificada no art. 93 da Lei Federal nº. 8.666/93, além das demais cominações legais, observadas a ampla defesa e o contraditório.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Encerrada a etapa competitiva, o Pregoeiro procederá à análise da documentação constante do envelope de habilitação da licitante detentora da proposta de menor preço, para a verificação do atendimento às condições fixadas neste Edital. Para a habilitação, a licitante deverá apresentar:

8.1.1. Documentos referentes à Habilitação Jurídica:

- a) Para empresário individual: registro comercial;
- b) Para sociedades por ações: última ata de eleição de seus diretores registrada na Junta Comercial e cópia do Estatuto arquivado na Junta Comercial;
- c) Para Sociedade empresárias ou não empresárias: cópia do contrato social e última alteração contratual;
- d) cópia do decreto de autorização para que se estabeleçam no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, no caso de empresas ou sociedades estrangeiras.
- e) CPF e Cédula de Identidade do proprietário, diretores ou sócios, caso estes não constem relacionados nos documentos acima.

Obs: As empresas que apresentarem no Credenciamento cópia do RG e CPF bem como cópia do Contrato Social na íntegra, a sua apresentação na documentação de habilitação “Regularidade Jurídica”, fica facultada.

8.1.2. Documentos referentes à Regularidade Fiscal:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, mediante apresentação de Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral;
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, mediante apresentação do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no Cadastro de Contribuintes do ICMS;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Federal, consistente na apresentação da certidão negativa de débitos ou certidão positiva com efeito de negativa relativa a tributos e contribuições federais, dívida ativa da União e regularidade com as contribuições sociais previstas nas alíneas ‘a’ a ‘d’ do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014;
- d) Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei, mediante a apresentação da Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de Débitos relativos à Regularidade Fiscal perante a Receita Estadual acompanhada da Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado;
- e) Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de Débitos relativos aos Tributos Municipais;
- f) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei, mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, expedida pela Caixa Econômica Federal – CEF.

8.1.3. Documentos referentes à Qualificação Econômico-financeira:

a) Certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitidas até 90 (noventa) dias da data estabelecida no preâmbulo deste edital, exceto quando dela constar o prazo de validade;

a1) Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de Recuperação Judicial ou Pedido de Homologação de Recuperação Extrajudicial, caso seja comprovado no Momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de Recuperação já foi aprovado ou Homologado pelo juízo competente.



- a2)** Certidão do Cartório Distribuidor indicando quantos são os cartórios, exceto se a empresa estiver sediada no município de Casimiro de Abreu;
- b)** Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis (Demonstração de Resultado) do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanço provisórios, exceto nos casos de empresas ou sociedades com início das suas atividades no mesmo exercício em que ocorrer o certame licitatório, podendo ser atualizados na forma prevista na legislação pertinente em vigor;
- b1)** As demonstrações contábeis e o balanço patrimonial deverão estar acompanhados do Termo de Abertura e Encerramento do Livro Diário do exercício apresentado, devidamente registrado na Junta Comercial ou no órgão competente, na forma da Lei.
- c)** Comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do CÁLCULO DE ÍNDICES CONTÁBEIS previstos conforme ANEXO VII deste Edital, o qual deverá ser assinado por Profissional Habilitado pelo Conselho Regional de Contabilidade, sendo considerada inabilitada a empresa que não obtiver índice de liquidez corrente e liquidez geral e solvência geral, maiores ou iguais a 1,00 (um), considerando a complexidade e acuidade da execução do objeto a ser contratado tendo por objetivo a correta avaliação da situação financeira do licitante visando o devido cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.
- d) O Microempreendedor Individual - MEI fica dispensado da apresentação dos documentos arrolados no item 8.1.3, “b”, “b1” e “c”, em razão do §2º do artigo 1.179 do Código Civil, do artigo 18-A, §1º, da LC N.º 123 e do artigo 31, inciso I da Lei n.º 8.666/93.**

8.1.4. Documentação relativa à regularidade trabalhista.

- a)** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.
- b)** Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados em face de trabalhadores menores, em obediência à Lei nº 9.854/99, que deverá ser emitida junto à Delegacia Regional do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro, para as licitantes sediadas fora do Estado do Rio de Janeiro, a certidão deverá ser emitida pelo órgão competente no Estado onde a firma tem sua sede **ou** Declaração firmada pelo licitante em cumprimento ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição da República, modelo **Anexo V** deste Edital, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não emprega menor de dezesseis anos, sob as penas da lei.

8.1.5. Documentos referentes à Qualificação Técnica:

- a)** A empresa deverá apresentar a Licença concedida pela Vigilância Sanitária Municipal ou Estadual, compatível com o objeto da Licitação;
- b)** A empresa deverá apresentar a Comprovação da autorização de funcionamento da empresa participante emitida pela ANVISA e/ou cópia da sua respectiva publicação no D.O.U (Diário Oficial da União), para comercialização de medicamentos;
- c)** Para os itens de medicamentos Controlados a empresa deverá apresentar a Comprovação da AUTORIZAÇÃO ESPECIAL DE FUNCIONAMENTO, emitida pela ANVISA e/ou cópia da sua respectiva publicação no D.O.U (Diário Oficial da União), para comercialização de medicamentos Controlados;
- d)** A empresa deverá apresentar a Atestado(s) de Capacidade Técnica, expedidos por entidades da administração Pública emitido por pessoa jurídica de Direito Público ou Privado para os quais esteja ou tenha fornecido e/ou comercializado **Produtos usuais e/ou semelhantes ao objeto da Proposta de Preços – Anexo IV**, e que demonstrem o desempenho satisfatório do fornecimento, de forma que comprove aptidão para o cumprimento do objeto. Não será obrigatório a comprovação de características, quantidades e prazo com o objeto da licitação, evitando assim, restringir o caráter competitivo;
- d -1)** Havendo dúvidas fundadas do Pregoeiro em relação aos atestados de capacidade técnica apresentados, poderá exigir documentos que comprovem a contratação indicada, sob pena de inabilitação do licitante

- e)** A empresa deverá apresentar a prova de inscrição no Conselho Regional de Farmácia – CRF com comprovação de Responsável Técnico Farmacêutico vinculado à empresa, podendo ser através de contrato social, CLT ou Contrato de Prestação de Serviços vigente. Ambos deverão comprovar a adimplência com o CRF, através de declaração de quitação online ou comprovante de anuidade pago.

8.1.6. Declarações e Documentos Complementares:

- a)** Declaração de superveniência de fato impeditivo da habilitação, observadas as penalidades cabíveis, conforme modelo do **Anexo X**.
- b)** Declaração de que a empresa não possui em seu quadro de pessoal, servidores, empregados públicos ou dirigentes do Município de Casimiro de Abreu, ou que tenha sido, nos últimos 180 (cento e oitenta) dias, ocupantes de cargo, emprego ou função no Município de Casimiro de Abreu, que tenha tomado parte na elaboração do projeto como autor ou colaborador, conforme disposição do artigo 9º, da Lei 8.666/93, conforme **Anexo XII**.



8.2. Os documentos relacionados nos itens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3 poderão ser substituídos pelo Certificado de Registro Cadastral emitido pela PMCA, desde que expressamente indicados no referido cadastro, em vigor na data da realização do Pregão.

8.2.1. No caso de não constar dos mencionados cadastros quaisquer documentos exigidos no item 8.1.1, 8.1.2 e 8.2.2, o licitante deverá incluí-los no envelope de habilitação.

8.2.3 Se os documentos relacionados no item 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3, indicados nestes cadastros, estiverem com os prazos vencidos, deverão ser apresentados documentos vigentes, no envelope de habilitação.

8.3. Para fins de habilitação, é facultada ao Pregoeiro a verificação das informações e o fornecimento de documentos que constem de sítios eletrônicos de órgãos e entidades das esferas municipal, estadual e federal, emissores de certidões, devendo tais documentos serem juntados ao processo.

8.3.1. A possibilidade de consulta prevista no caput não constitui direito da licitante e a Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos no momento da diligência, hipótese em que, em face do não saneamento das falhas constatadas, o licitante será declarado inabilitado.

8.4. Os licitantes apresentarão documentos em cópias legíveis, autenticadas no cartório competente ou por servidor designado para o pregão, desde que o licitante apresente os documentos originais na sessão de julgamento, sob pena de inabilitação.

8.5. Documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para a língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, e devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

8.6. Os documentos encaminhados para habilitação deverão estar em nome da licitante e, preferencialmente, com o número do CNPJ e o respectivo endereço, inclusive para os casos de documentações de estabelecimentos matriz ou filial, exceto aqueles somente emitidos em nome da matriz.

8.7. As ME e EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

8.7.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das ME/EPP/MEI (Certidões), será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.7.1.1. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item 8.7.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8.7.1.2. A Licitante vencedora que reiteradas vezes não apresentar a Regularidade fiscal atualizada e for comprovado que na data do certame a empresa estava regular com o ente federado emissor da certidão, poderá a PMCA/RJ aplicar a penalidade prevista no Artigo 7º da Lei 10.520/2002, também incorrerão nesta situação as empresas que solicitarem o benefício previstos no item 8.7.1 e não se manifestarem sobre a causa do impedimento da apresentação do documento no prazo previsto em Lei.

8.7.2. A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao Pregoeiro.

8.7.3. Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado dentro dos cinco dias úteis inicialmente concedidos.

8.7.4. A não regularização da documentação fiscal, no prazo previsto neste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

8.8. Todos os documentos deverão ter vigência até o dia previsto para a realização do pregão, sendo que, na hipótese de inexistir nos documentos prazo expresso de sua validade, reputar-se-ão válidos por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição, exceto os documentos enumerados nas letras "a" e "b" do item 8.1.2., os quais não terão as validades limitadas, porém, deverão estar regular conforme determina os órgãos expedidores.

8.9. Se o detentor da melhor proposta desatender às exigências previstas neste título, será inabilitado e o Pregoeiro examinará as ofertas subseqüentes e a qualificação da licitante seguinte, na ordem de classificação, até a seleção daquela que atenda ao Edital, e cujo ofertante, uma vez preenchidas as condições de habilitação, será declarado vencedor.

8.10. A avaliação das exigências contidas no item 8.1.5 - Documentação Técnica será realizada durante o certame, na fase de julgamento da habilitação pela coordenação de Assistência Farmacêutica do Fundo Municipal de Saúde ou em momento posterior;

8.11. Verificado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, a licitante será declarada vencedora.

9. DO RECURSO

9.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso.

9.1.1. Aos licitantes que manifestarem a intenção de recorrer, será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso;



- 9.1.2.** Aos demais licitantes, independentemente de intimação, será concedido igual prazo para apresentação de contra-razões, o qual começará a contar a partir do término do prazo concedido ao recorrente.
- 9.2.** O encaminhamento das razões e eventuais contra-razões deverá ser feito por escrito, com a devida representação da sociedade empresária, e protocolizado na Sede da Prefeitura Municipal de Casimiro de Abreu, das 09:00 às 17:00 h, na Rua Padre Anchieta, 234, Centro – Casimiro de Abreu.
- 9.2.1.** A ausência da comprovação de legitimidade para a interposição do recurso importará no desprovemento do mesmo, podendo a Administração Pública conhecer as razões recursais, mesmo diante do desprovemento.
- 9.3.** O licitante poderá apresentar as razões do recurso na própria sessão do pregão, as quais serão reduzidas a termo pelo Pregoeiro na respectiva ata.
- 9.4.** Após o término da sessão será assegurada vista imediata dos autos a todos os licitantes.
- 9.5.** Os recursos serão dirigidos ao Pregoeiro, que reconsiderando ou não a sua decisão, os encaminhará devidamente informados, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, à Procuradoria Jurídica e após parecer será encaminhado à Autoridade Superior para decisão.
- 9.6.** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante, quanto ao resultado do certame, importará a decadência do direito de interposição de recurso.
- 9.7.** O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento

10. DA HOMOLOGAÇÃO

- 10.1.** Será lavrada ata circunstanciada da sessão pública do pregão com o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, dos preços ofertados, da análise dos documentos de habilitação e dos recursos interpostos além de outros registros pertinentes.
- 10.2.** O procedimento de adjudicação é atribuição do Pregoeiro, se não houver recurso, ou, havendo, da Autoridade Competente do FMS, que também procederá à homologação do certame.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 11.1.** Homologado o resultado da licitação, respeitadas a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, o Fundo Municipal de Saúde convocará os interessados para, no prazo de cinco dias úteis contados da data do recebimento da convocação, assinar a Ata de Registro de Preços.
- 11.2.** Poderá, a proposta do licitante, ser desclassificada até a assinatura da Ata de Registro de Preços, se tiver o Fundo Municipal de Saúde conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira. Neste caso, poderá ser procedida nova classificação, efetuando-se a convocação dos licitantes remanescentes, em ordem crescente de preços.
- 11.3.** Após a publicação da Ata do Registro de Preços no Diário Oficial do Município, poderá ser emitida "Autorização Para Execução de Serviços" dentro do prazo de validade do Registro.
- 11.4.** A Ata de Registro de Preços não obriga o Fundo Municipal de Saúde a solicitar os itens nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência.
- 11.5.** Da Ata constarão, também, as obrigações do Fundo Municipal de Saúde e dos Fornecedores.

12. DA VIGÊNCIA DA ATA

- 12.1.** A vigência desta Ata será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da publicação da ata e conseqüentemente da assinatura dos licitantes, nos termos do art. 11 do Decreto Municipal n.º 1626/2019, de 08/08/2019;

13. DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 13.1.** Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, conforme art. 4º, IV do Decreto Municipal n.º 1626/2019, de 08/08/2019, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do **caput** do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, Conforme determina no Decreto n.º 1626/2019, de 08/08/2019;
- 13.1.1.** Para constatação da oscilação do preço de mercado poderá ser observados os registros no banco de dados das pesquisas de mercado disponíveis no Departamento de Compras;
- 13.1.2.** Havendo alteração, o Órgão Gerenciador deverá publicar a Ata com os novos preços em Jornal Oficial do Município. A publicação periódica só se faz necessária, caso haja alterações nos preços;
- 13.2.** Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;
- 13.2.1.** Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;



13.2.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original;

13.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

13.3.1. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

13.4. O registro do fornecedor será cancelado quando:

I - Descumprir as condições da ata de registro de preços;

II - Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV - Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002 e art. 13 do Decreto Municipal 520/2015.

13.4.1. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do item 13.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.5. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados.

13.6. Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços ao órgão participantes, se houver.

14. DA CONTRATAÇÃO

14.1. A contratação se efetivará por Contrato conforme 62 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações ou por Ordem de Fornecimento (Anexo XI), conforme faculta o §4º do art. 62 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas condições gerais serão as constantes do presente Edital.

14.1.1. O Departamento de Contratos convocará o licitante vencedor para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, com observância do Artigo 64, ambos da Lei Federal 8.666/93, bem como art. 7º da Lei Federal 10.520/02.

14.1.2. O licitante vencedor deverá, por ocasião da assinatura do contrato, indicar o nome de seu representante, responsável pela gestão do contrato, informando endereço, telefone, fax, e-mail, etc; e

14.1.3. O prazo de vigência do contrato será de até terá prazo de vigência de 03 (três) meses e o prazo de entrega conforme descrito no item 7 deste termo de referência, contados a partir da assinatura do mesmo, vedado o contrato com o prazo de vigência indeterminado, ressalvando as hipóteses do art. 57, da Lei 8.666/93.

14.1.4. A empresa contratada na Ata de Registro de Preços, originária deste processo, será obrigatória a observância dos preços da Tabela CMED (CÂMARA DE REGULAÇÃO ANVISA), como balizadores da contratação, não devendo ser aplicado preço acima da Tabela da CMED, sob pena de cancelamento do pedido para adequação, de acordo com as Orientações Interpretativas da CMED, oriundas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

14.2. O contrato decorrente da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21.06.1993.

14.3. Se a empresa declarada vencedora não assinar o Contrato ou a Ordem de Fornecimento no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da convocação pela Secretaria Solicitante, decairá o seu direito à contratação, sem prejuízos das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal 8.666/93 bem como do art. 7º da Lei Federal 10.520/02;

14.4. Ocorrendo a hipótese prevista no item anterior, o pregoeiro examinará as ofertas subseqüentes e convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao edital, podendo negociar com o proponente para que seja obtido preço melhor.

14.5. O recebimento do objeto se efetivará na forma prevista no art. 73, inciso II, da Lei Federal nº 8.666 de 21.06.1993 e nas condições disposições do Termo de Referência.

14.6. A contratada não poderá, em hipótese alguma, caucionar ou utilizar o instrumento firmado com a PMCA para qualquer operação financeira.

14.7. A contratada deverá manter, durante a vigência da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14.8. A contratação decorrente desta licitação poderá ser rescindida, nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei Federal n.º 8.666/93, conforme Cláusula de Rescisão constante da Minuta do Contrato.

14.9. A rescisão contratual provocada pela inadimplência da contratada acarretará aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº. 8.666/93, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal.



14.10. O fornecimento deve ser executado diretamente pelo fornecedor registrado não podendo SER TRANSFERIDO, SUB-EMPREITADOS, CEDIDOS OU SUBLOCADOS, salvos a excepcionalidade e manifestação expressa de autorização da Secretaria Solicitante.

14.11. A Secretaria solicitante deverá nomear um fiscal para o(s) Contrato(s), funcionário(s) que atenderá(ão) às requisições dos materiais e receberá(ão) as instruções do responsável pelo gerenciamento e fiscalização da Ata, bem como prestará(ão) às autoridades competentes as informações e assistência necessárias ao bom cumprimento de suas funções durante a execução contratual;

15. DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES PARA ENTREGA

15.1. O prazo, local e condições de execução estão definidos no Termo de Referência (Anexo I).

16. DO PAGAMENTO

16.1. A nota fiscal deverá ser apresentada no ato da entrega dos materiais, a fim de ser atestada e posteriormente encaminhada para pagamento, que deverá ser efetuado em até 30 (trinta) dias;

16.2. O Fundo Municipal de Saúde somente efetuará o pagamento à CONTRATADA, desde que obedeça às formalidades legais e contratuais previstas.

16.3 O Município de Casimiro de Abreu somente efetuará o pagamento à CONTRATADA, desde que obedeça às formalidades legais e contratuais previstas;

16.4 A nota fiscal deverá ser apresentada após no ato da entrega, a fim de ser atestada e posteriormente encaminhada para pagamento, que deverá ser efetuado em até 30 (trinta) dias;

16.5 O pagamento será realizado em até 30 dias após a apresentação da nota fiscal, que deverá ser apresentada após a entrega dos medicamentos, para fins de verificação de eventuais descontos, decorrentes de penalidades impostas à **CONTRATADA**, por descumprimento de obrigações contratuais.

16.6 Da nota fiscal deverá constar relação do item entregue, e a nota devidamente conferida e atestada, por 02 (dois) servidores da **CONTRATANTE**, que não o ordenador da despesa, sendo posteriormente encaminhada para pagamento e processada em conformidade com a legislação vigente;

16.7 Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços;

16.8 "Ficam obrigados a emitir Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, a partir de 1º de dezembro de 2010, os contribuintes que, independentemente da atividade econômica exercida, realizem operações: I - destinadas à Administração Pública direta ou indireta, inclusive empresa pública e sociedade de economia mista, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios" (Protocolo ICMS 42/2009, Cláusula Segunda);

16.9 Na ocasião do pagamento a ser efetuado, observadas as condições específicas da CONTRATADA, aplicar-se-á, no que couber, o disposto na Lei Federal No. 9.430, de 27 de dezembro de 1996, na Lei Federal N° 8.212, de 24 de julho de 1991 e na Lei Complementar No. 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a correspondente Lei Municipal, com as alterações e regulamentações posteriores;

16.10 No caso de a CONTRATADA ser enquadrada nas hipóteses de não retenção constante do Art. 4º, ou como pessoa jurídica amparada por medida Judicial constante do Art. 36, ambos da instrução normativa SRF, nº 1.234, de 2012, deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança a comprovação exigida na referida instrução normativa, sob pena de retenção de tributos da fonte;

16.11 Na hipótese de o documento de cobrança apresentar erros, fica suspenso o prazo para o pagamento respectivo, prosseguindo-se a contagem do prazo somente após apresentação da nova documentação isenta de erros;

16.12 Havendo rasura ou erro na Nota Fiscal/Fatura ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, a CONTRATADA será avisada, pela CONTRATANTE, para adotar as medidas saneadoras necessárias, ficando o pagamento pendente nesse ínterim. Nesta hipótese, o prazo para pagamento se reiniciará após a regularização da situação e/ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE

16.13 Constatada a situação de irregularidade em quaisquer das certidões da CONTRATADA, a mesma será notificada, por escrito, para, num prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, sob pena de anulação da contratação.

16.14. "Ficam obrigados a emitir Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, modelo 55, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, a partir de 1º de dezembro de 2010, os contribuintes que, independentemente da atividade econômica exercida, realizem operações:

I - destinadas à Administração Pública direta ou indireta, inclusive empresa pública e sociedade de economia mista, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios" (Protocolo ICMS 42/2009, Cláusula Segunda);



16.15. Na ocasião de cada pagamento a ser efetuado, observadas as condições específicas da CONTRATADA, aplicar-se-á, no que couber, o disposto na Lei Federal No. 9.430, de 27 de dezembro de 1996, na Lei Federal No. 8.212, de 24 de julho de 1991 e na Lei Complementar No. 106, de 31 de julho de 2003 e Protocolo ICMS 42/2009 (NF-e), combinada com a correspondente lei municipal do local de prestação dos serviços, com as alterações e regulamentações posteriores.

16.16. Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações desde que este atraso decorra de culpa da PMCA/FMS, o valor devido será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) a título de multa, além de 0,033% (trinta e três milésimo por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida;

16.17. O pagamento da multa e da compensação financeira a que se refere o sub item anterior será efetivado mediante a autorização expressa da Secretaria Municipal de Fazenda/FMS, em processo próprio, que se iniciará com requerimento da licitante contratada dirigido ao Secretário (a) Municipal de Fazenda/FMS;

16.18. Caso a PMCA/FMS efetue pagamento devido a contratada em prazo inferior a 30 (trinta) dias, será descontada da importância devida o valor correspondente a 0,033% (trinta e três milésimo por cento) por dia de antecipação;

16.19. Na ocasião de cada pagamento a ser efetuado, observada as condições específicas da CONTRATADA, aplicar-se-á, no que couber, o dispositivo da Lei Federal nº 9.430, de 27 de Dezembro de 1996, na Lei Federal 8.212, de 24 de Julho de 1991 e na Lei complementar nº 116, de 31 de Julho de 2003, combinada com a correspondente Lei Municipal do Local de prestação dos serviços, com suas alterações e regulamentações posteriores;

16.20. No caso de a CONTRATADA ser enquadrada nas hipóteses de não retenção constante do Art. 4º, ou como pessoa jurídica amparada por medida Judicial constante do Art. 36, ambos da instrução normativa SRF, nº 1.234, de 11.01.2012, deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança a comprovação exigida na referida instrução normativa, sob pena de retenção de tributos da fonte;

16.21. Na hipótese de o documento de cobrança apresentar erros, fica suspenso o prazo para o pagamento respectivos, prosseguindo-se a contagem somente após apresentação da nova documentação isenta de erros.

17. DA ANULAÇÃO E DA REVOGAÇÃO:

17.1. A autoridade competente para aprovação do procedimento poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiro, devendo em ambos os casos a decisão estar devidamente fundamentada no processo.

18. DAS SANÇÕES APLICÁVEIS

18.1. Pela inexecução total ou parcial da entrega dos itens, garantida a ampla defesa, a Contratada ficará sujeita às seguintes sanções:

18.2. Ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Casimiro de Abreu, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas e demais cominações legais, nos termos do art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93, do art. 7º da Lei Federal n.º 10.520/02, e alterações posteriores, o licitante que:

- a) convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata Ordem de Fornecimento ou Autorização de Prestação de Serviço, deixar de apresentar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa;
- b) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- c) não mantiver a proposta;
- d) falhar ou fraudar a execução da Ata ou ordem de fornecimento;
- e) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

18.3. Pela inexecução total ou parcial da Ata ou da Autorização de Compra, garantida a ampla defesa, a Contratada ficará sujeita às seguintes sanções:

- a) advertência, por escrito, informando à contratada sobre o descumprimento de quaisquer obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;
- b) multa, observados os seguintes limites:
 - b.1) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;
 - b.2) 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou prestação do objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou causem transtornos, ainda, fora das especificações contratadas.
- c) suspensão temporária de participar em licitações promovidas pelo Tribunal e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, nos termos da Lei 8.666/93 e demais disposições correlatas;
- d) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93.

18.4. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste edital.

18.5. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido pela Contratada, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da notificação da sanção, sob pena de ser descontado da garantia prestada ou do pagamento eventualmente devido pela Administração.



18.6. No caso de descumprimento total ou parcial das condições para a participação do certame, a PMCA/FMS, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da lei civil, aplicará à Licitante, conforme o caso, as penalidades previstas nos art. 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

18.7 A licitante que deixar de entregar a documentação exigida para o prosseguimento do certame, apresentar documentação falsa exigida, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, ser impedida de licitar e contratar com a Município de Casimiro de Abreu pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação

18.8. O Processo de penalização das empresas será instruído e impulsionado pela Secretaria que deu origem e autorizou processo licitatório, através da Autoridade Competente.

19. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

19.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data da licitação, conforme Decreto Municipal n.º 520, de 15 de Abril de 2015, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão, mediante petição, dirigida à Comissão Permanente de Licitação - CPL, devendo protocolizá-la na Rua Padre Anchieta n.º. 234 Centro, Casimiro de Abreu - RJ;

19.2. No prazo legal, o Pregoeiro receberá as impugnações ao ato convocatório, encaminhando-as à autoridade competente e após a Procuradoria Geral do Município. O Pregoeiro decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 horas e, sendo acolhida, será definida e publicada nova data para realização do certame;

19.3. Os pedidos de esclarecimentos, obedecido o prazo do subitem 19.1, deverão ser encaminhados à CPL/SECGOV, preferencialmente por meio eletrônico, via internet, via correio eletrônico licitacao@casimirodeabreu.rj.gov.br ou pelo telefone (22) 2778-9808;

19.4. Os pedidos de esclarecimentos das especificações técnicas do objeto da presente licitação (item 6 do Anexo I do edital), obedecido o prazo do subitem 19.1, poderão ser também encaminhados à Secretária Municipal de Saúde, preferencialmente para a Coordenadoria de Assistência Farmacêutica, por meio eletrônico, via internet, via correio eletrônico licitacao@casimirodeabreu.rj.gov.br ou pelos telefones (22) 2778-1248 e 2778-9830 e 2778-1577;

19.4. Independente de declaração expressa, a simples participação nesta licitação implica em aceitação plena das condições estipuladas neste edital, decaindo do direito de impugnar os seus termos o licitante que, o tendo aceito sem objeção, vier, após o julgamento desfavorável, apresentar falhas e irregularidades que o viciem

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. A apresentação de proposta obriga o licitante declarado vencedor ao cumprimento de todas as disposições contidas neste Edital.

20.2. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, no interesse da Administração:

a) em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;

b) solicitar aos setores competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar suas decisões;

c) sanar, relevar omissões ou erros puramente formais observados no credenciamento, na proposta e na documentação, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação.

20.3. Caso não seja possível decidir de imediato sobre a aceitabilidade da proposta ou dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá suspender o pregão e marcar nova data para sua continuidade, intimando todos os participantes.

20.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

20.6. Suspensão o expediente na PMCA nas datas previstas, estas ficam automaticamente prorrogadas para o mesmo horário do primeiro dia útil de expediente.

20.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

20.8. São partes integrantes e inseparáveis do presente Edital:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – (Modelo) Credenciamento;
- Anexo III – (Modelo) Declaração de que preenche os requisitos de habilitação;
- Anexo IV – (Modelo) Proposta Comercial;
- Anexo V – (Modelo) Declaração de Menor Empregado;
- Anexo VI – (Modelo) Minuta Da Ata de Registro de Preços;
- Anexo VII – (Modelo) Análise Econômico-Financeira
- Anexo VIII – (Modelo) Declaração De Microempresa Ou Empresa De Pequeno Porte;
- Anexo IX – (Modelo) Declaração de Superveniência de Fato Impeditivo da Habilitação;
- Anexo X – (Modelo) Autorização Para Fornecimento;
- Anexo XI – (Modelo) Minuta do Contrato
- Anexo XII – (Modelo) Declaração de Ausência de Vínculo com o Serviço Público



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU
Secretaria Municipal de Governo



PMCA/RJ
PROCESSO N.º: 114/2019
RUBRICA _____ FLS _____

20.9. Os interessados poderão ter acesso ao Edital e seus anexos, bem como as publicações de Adiamento, Prorrogação e Erratas entre outros avisos referente ao certame, no site <http://www.casimirodeabreu.rj.gov.br> ou <http://governo.casimirodeabreu.rj.gov.br/> ou em até 24 (vinte e quatro) horas anteriores à data do recebimento das propostas, **junto à Comissão Permanente de Licitação**, situada na Rua Padre Anchieta nº 234, Centro, Casimiro de Abreu/RJ, no horário comercial de 09h00min às 16h00min, exceto feriados Nacionais, Estaduais e Municipais, bem como finais de semana., mediante a entrega de 01 (uma) resma de papel A4 e o interessado deverá estar munido do carimbo do CNPJ.

20.10. As Informações sobre o andamento desta licitação e os casos omissos, bem como dúvidas suscitadas, serão dirimidas pelo Pregoeiro na Comissão de Pregão, situada na Rua Padre Anchieta nº 234, Centro, Casimiro de Abreu/RJ ou através do Telefone (22) 2778-9808 ou ainda pelo correio eletrônico licitacao@casimirodeabreu.rj.gov.br.

20.11. Fica eleito o foro da Comarca de Casimiro de Abreu, Estado do Rio de Janeiro, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.

Casimiro de Abreu, 09 de janeiro de 2020.

Erica Esteves Dames Passos Neves
Secretária de Governo
Port. 360/18



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO

1.1 Eventual aquisição MEDICAMENTOS DE ESPECIALIDADE de distribuição gratuita para os pacientes cadastrados no setor de assistência social da secretaria Municipal de Saúde atendidos e Mandados Judiciais.

2- CLASSIFICAÇÃO DE BENS COMUNS

2.1 - O objeto se classifica como bem comum, nos termos do art. 1º da lei 10.520.2002, com padrão de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações contidas neste Termo de referência.

3 – LICITAÇÃO

3.1 - O tipo é o menor preço;

4 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas decorrentes dessa aquisição correrão por conta do recurso consignado na dotação orçamentária:

4.2 - Programa de trabalho: 10.302.0071.2101

4.3 - Elemento de despesa: 33.90.32.03.3000

5- MOTIVAÇÃO/JUSTIFICATIVA

Eventual aquisição MEDICAMENTOS DE ESPECIALIDADE de distribuição gratuita para os pacientes cadastrados no setor de assistência social da secretaria Municipal de Saúde atendidos e Mandados Judiciais .

Informo ainda que a eventual aquisição desses medicamentos vem encontro a diminuição e/ou manutenção da patologia dos pacientes em tratamento e nos casos de Mandados Judiciais não bloqueio de contas publicas e /ou multas diárias.

6 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Item	Especificação	Unidade de Medida	Quantidade
1	ACARBOSE 50MG	COMP	3000
2	ACETATO DE DESMOPRESSINA 0,1MG FRASCO-SPRAY 2,5ML	FR	50
3	Ácido acetilsalisílico 100mg Comprimido revestido	COMP	30000
4	ACIDO FÓLICO + FERRO QUELATO + GLICINATO 5/150MG	COMP	3000
5	ÁCIDO GAMALINOLÊNICO 230 MG + ÁCIDO OLÉICO 163 MG + ÁCIDO LINOLÉICO 368 MG + OUTROS POLIINSATURADOS - 30 CÁPSULAS.	CAP	3000
6	Ácido poliacrílico 0,3% gel	FR	120
7	ÁCIDO TIOCTICO 600 MG COMPRIMIDO RESVESTIDO	COMP	4800
8	ALOPURINOL 100MG	COMP	5100
9	ALOPURINOL 300 MG	COMP	3000
10	ANLODIPINO 2,5MG	COMP	1500
11	APIXABANA 5MG	COMP	9000
12	ATORVASTATINA CALCICA 10MG	COMP	3000
13	ATORVASTATINA CALCICA 20 mg	COMP	6000
14	ATORVASTATINA CALCICA 40 MG	COMP	3000
15	AZATIOPRINA 50 MG.	COMP	9000
16	BACLOFENO 10 MG	COMP	3000
17	BENFOTIAMINA 150 MG	COMP	1500
18	BIMATOPROSTA 0,1mg/ml RC - 3ML - SOL.OFTALMICA	FR	120
19	BIMATOPROSTA 0,3mg/ml - 5ml sol. oftálmica	FR	120
20	BIMATOPROSTA + MALEATO DE TIMOLOL 0,3%MG/ML + 5,0MG/ML - 3ml - sol. Oftálmica	FR	180



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU
Secretaria Municipal de Governo



PMCA/RJ
PROCESSO N.º: 114/2019
RUBRICA _____ FLS _____

21	BISSULFATO DE CLOPIDOGREL 75 MG COMP. REVESTIDO	COMP	12000
22	BOSENTANA 62,5 MG	COMP	1500
23	BOSENTANA 125MG	COMP	1500
24	BRINZOLAMIDA 1% + TIMOLOL 0,5% - 5 ML - sol. Oftálmica	FR	120
25	BRINZOLAMIDA 10 MG/ML - 5ML - sol. Oftálmica	FR	120
26	Cálcio citrato malato + Vit. D + Vit. K	COMP	1500
27	Candesartana cilexetila 16mg	COMP	1500
28	CARBOXIMETILCELULOSE 1% - 15 ml - sol. Oftalmica	FR	240
29	CARBOXIMETILCELULOSE DE SÓDIO + GLICERINA E ASSOCIAÇÕES - 15 ML sol. Oftalmica	FR	180
30	CARMELOSE SODICA 5 MG/ML - 15 ML Sol. Oftalmica	FR	120
31	CIANOCOBALAMINA 5.000 MCG + NITRATO DE TIAMINA 100 MG + CLORIDRATO DE PIRIDOXINA 100 MG	COMP	3000
32	CIANOCOBALAMINA 5.000 MCG + NITRATO DE TIAMINA 100 MG + CLORIDRATO DE PIRIDOXINA 100 MG SOL. INJETÁVEL	AMP	180
33	CIANOCOBALAMINA 1.000mcg + NITRATO DE TIAMINA 50 mg + CLORIDRATO DE PIRIDOXINA 50 mg + DICLOFENACO DE SÓDIO 50 mg	COMP	1500
34	Cilostazol 100 mg	COMP	6000
35	Cilostazol 50 mg	COMP	3000
36	Ciprofibrato 100mg	COMP	9000
37	Cloridrato de Bamifilina 300 mg Drágea	DG	1200
38	CLORIDRATO DE BETAXOLOL 0,25% - 5 ML - SOL. Oftalmica	FR	120
39	CLORIDRATO DE CINACALCETE 30MG COMP. REVESTIDO	COMP	3000
40	CLORIDRATO DE CLONIDINA 0,100 MG	COMP	6000
41	CLORIDRATO DE CLONIDINA 0,200 MG	COMP	3000
42	CLORIDRATO DE DILTIAZEM 30 MG	COMP	6000
43	Cloridrato de diltiazem 60mg	COMP	9000
44	CLORIDRATO DE DORZOLAMIDA 2% SOL OFTÁLMICA, FRASCO 5 ML	FR	120
45	CLORIDRATO DE DORZOLAMIDA 2,0%/MALEATO DE TIMOLOL 0,5% - 5ML - Sol. Oftalmica	FR	120
46	Cloridrato de levobunolol 0,5% - 5ML sol. Oftal	FR	120
47	CLORIDRATO DE NEBIVOLOL 5MG	COMP	4800
48	CLORIDRATO DE PROXIMETACAÍNA 0,5% Solução Oftálmica Estéril - 5ml	FR	36
49	Cloridrato de oxibutinina 5mg	COMP	3000
50	Cloridrato de Propafenona 300 mg	COMP	9000
51	CLORIDRATO DE SOTALOL 120MG	COMP	1500
52	Cloridrato de Sotalol 160 mg	COMP	3000
53	CLORIDRATO DE TANSULOSINA 0,4MG	CAP	9000
54	CLORIDRATO DE TICLOPIDINA 250 MG	COMP	3000
55	CLORIDRATO MOXIFLOCIANO 5MG - 5ML - sol. Oftalm	FR	120
56	CLORTALIDONA 12,5 MG	COMP	4800
57	CLORTALIDONA 25 MG	COMP	1500



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU
Secretaria Municipal de Governo



PMCA/RJ
PROCESSO N.º: 114/2019
RUBRICA _____ FLS _____

58	Colchicina 0,5mg	COMP	4800
59	COLECALCIFEROL 200UI/ML - SOL. ORAL 10ML	FR	120
60	COLECALCIFEROL 1.000UI	CAP	1500
61	COLECALCIFEROL 5.000UI	CAP	3000
62	COLECALCIFEROL 7.000UI	CAP	1500
63	CUMARINA 15 MG + TOXERRUTINA 90 MG	DG	6000
64	DAPAGLIFLOZINA 10MG COMP REVESTIDO	COMP	1500
65	DEXAMETASONA 1 MG/ML SULFATO DE NEOMICINA 5 MG/ML SULFATO DE POLIMIXINA B 6000 UI/ML POMADA OFTÁLMICA	BIS	120
66	DIACEREÍNA 50mg CÁPSULA	CAP	9000
67	Dicloridrato de Betaistina 16mg	COMP	4800
68	Dicloridrato de Betaistina 24mg	COMP	6000
69	DICLORIDRATO DE FLUNARIZINA 10 MG	COMP	3000
70	Dicloridrato de manidipino 10mg.	COMP	1500
71	DIOSMINA 450MG + HESPERIDINA 50MG	COMP	15000
72	DIOSMINA 900MG + HESPERIDINA 100MG	COMP	3000
73	DOMPERIDONA 10 MG	COMP	4800
74	DUTASTERIDA + CLORIDRATO DE TANSULOSINA 0,5 + 0,4 MG Cápsula Gel Dura	CAP	6000
75	DUTASTERIDA 0,5mg CAPSULA GEL MOLE	CAP	3000
76	EDOXABANA 60MG	COMP	1500
77	EMPAGLIFOZINA 25MG	COMP	4800
78	ESOMEPRAZOL MAGNÉSIO 20MG COMPRIMIDO REVESTIDO	COMP	3000
79	ESOMEPRAZOL MAGNÉSIO 40MG COMPRIMIDO REVESTIDO	COMP	3000
80	Estradiol 1 mg	COMP	1800
81	ESTRIOL 1MG/G - 50gr CREME VAGINAL	BIS	180
82	Extrato Hidroalcolico Seco - GLYCINE MAX 150mg (equivalente a 60mg de isoflavonas de soja).	COMP	1500
83	EXTRATO SECO DE GINKO BILOBA 80MG	COMP	1500
84	Extrato seco de Melilotus officinalis 26,7mg (padronizado para conter de 4,0 (15%) a 5,4 (20%) mg de cumarina por comprimido	COMP	3000
85	Ezetimiba 10mg	COMP	1800
86	EZETIMIBA + SINVASTATINA 10/20 MG	COMP	3000
87	FENOFIBRATO 160 MG, LIBERAÇÃO RETARD. CAPSULA GEL MICROGRANULADOS.	CAP	1500
88	FERRIPOLIMALTOSE 100 MG	COMP	1500
89	FERRIPOLIMALTOSE 100MG/2ML SOL. INJETÁVEL	AMP	120
90	FERRO QUELATO GLICINATO 500MG	COMP	1200
91	FLUORESCEÍNA SÓDICA 1% SOL. OFTÁLMICA 3ML	FR	36
92	FOSFATO DE SITAGLIPTINA 50mg, COMPRIMIDO REVESTIDO	COMP	1200
93	FOSFATO DE SITAGLIPTINA 100MG COMPRIMIDO REVESTIDO	COMP	9000
94	FOSFATO SITAGLIPTINA + CLORIDRATO DE METFORMINA 50/500MG, COMPRIMIDO REVESTIDO.	COMP	3000
95	FOSFATO SITAGLIPTINA + CLORIDRATO DE METFORMINA 50/850MG, COMPRIMIDO	COMP	6000



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU
Secretaria Municipal de Governo



PMCA/RJ
PROCESSO N.º: 114/2019
RUBRICA _____ FLS _____

96	HEMIFUMARATO DE BISOPROLOL 1,25MG	COMP	1500
97	HEMIFUMARATO DE BISOPROLOL 2,5MG COMPRIMIDO REVESTIDO	COMP	1500
98	HEMIFUMARATO DE BISOPROLOL 5MG COMPRIMIDO REVESTIDO	COMP	3000
99	FUMARATO DE FORMOTEROL DI-HIDRATADO + BUDESONIDA 12/400MCG CÁPSULAS PARA INALAÇÃO	CAP	1800
100	GEL HIDRATANTE INTRAVAGINAL 30 gramas	BIS	60
101	GLIMEPIRIDA 4MG	COMP	1500
102	HARPAGOPHYTUM PROCUMBENS EXTRATO SECO 400 MG	COMP	1800
103	HIDRATO DE CALCIPOTRIOL + DIPROPIONATO DE BETAMETASONA 50MCG/G + 0,5MG/G 30G	BIS	60
104	HIALURONATO DE SÓDIO 0,15% Sol. Oftálmica. Frasco 10ml	FR	60
105	Hidroxicloroquina 400mg comp	COMP	500
106	HIPROMELOSE 0,3% GEL LUBRIFICANTE OFTÁLMICO 10G	FR	120
107	IMIQUIMODE 50 MG/G CREME DERMATOLÓGICO, SACHE 250 MG	SACH	3000
108	INDAPAMIDA 1,5MG COMPRIMIDO REVESTIDO.	COMP	9000
109	INDAPAMIDA 1,5 mg SR COMPRIMIDO REVESTIDO LIBERAÇÃO PROLONGADA.	COMP	3000
110	INSULINA ASPART 100UI/ML - 10 ML SOLUÇÃO INJETAVEL	FR	300
111	INSULINA ASPART 100UI/ML - 3 ML SOLUÇÃO INJETAVEL	CAN.	600
112	INSULINA DEGLUDECA 100 UI/ML 3 ML	CAN.	540
113	Insulina glargina 100 UI/ml frasco 10 ml.	FR/A	1800
114	INSULINA GLARGINA 100 UI/ML REFIL 3 ML	CAN.	1200
115	INSULINA GLULISINA 100UI/ML - 10 ML	FR/A	60
116	INSULINA LISPRO 100UI/ML FRASCO 10 ML	FR/A	1200
117	INSULINA LISPRO 100 UI/ML REFIL 3ML	CAN.	600
118	INSULINA LIRAGLUTIDA 6MG/ML - 2 SISTEMAS (CANETA) COM 3ML SOL. CADA	CAN.	900
119	LATANOPROSTA 50mcg - 2,5ml -sol.Oftalm	FR	60
120	LEVANLODIPINO, BESILATO 2,5 MG	COMP	1500
121	LEVANLODIPINO, BESILATO 5MG	COMP	1200
122	LEVOTIROXINA SÓDICA 112 MCG	COMP	1200
123	LEVOTIROXINA SÓDICA 125MCG	COMP	3000
124	LEVOTIROXINA SÓDICA 150 MCG	COMP	1200
125	LEVOTIROXINA SÓDICA 175MCG	COMP	1200
126	LEVOTIROXINA SÓDICA 38MCG	COMP	1200
127	LEVOTIROXINA SÓDICA 62,5 MCG	COMP	1200
128	LEVOTIROXINA SÓDICA 88MCG	COMP	3000
129	LINAGLIPTINA 5MG COMPRIMIDO REVESTIDO	COMP	6000
130	LIDOCAÍNA 50MG + SULFATO DE NEOMICINA 5MG + HIALURONIDASE 50 - 15G	BIS	60
131	LOSARTANA + HIDROCLOROTIAZIDA 50 + 12,5MG	COMP	3000
132	MALEATO DE TRIMEBUTINA 200 MG.	COMP	1500
133	MELATONINA 5MG	COMP	900
134	MESILATO DE RASAGILINA 1MG	COMP	600
135	METOTREXATO 2,5 MG	COMP	9000



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU
Secretaria Municipal de Governo



PMCA/RJ
PROCESSO N.º: 114/2019
RUBRICA _____ FLS _____

136	METOTREXATO 50MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMP	120
137	MICOFENOLATO DE MOFETILA 500MG	COMP	3000
138	MONTELUCASTE DE SÓDIO 4MG SACHÊ	SACH	1200
139	NIMODIPINO 30 MG	COMP	3000
140	NITRENDIPINA 20MG	COMP	1800
141	OLMESARTANA + ANLODIPINO 40/10MG	COMP	3000
142	OLMESARTANA + ANLODIPINO 40/5MG	COMP	1800
143	Olmесartana + Hidroclorotiazida 40/ 25mg.	COMP	3000
144	OLMESARTANA MEDOXOMILA 20 MG	COMP	1800
145	OLMESARTANA MEDOXOMILA 40MG	COMP	1800
146	Omega 3 1000 mg	CAP	6000
147	ORLISTATE 120 mg	COMP	3000
148	PANTOPRAZOL DE SÓDIO 20 MG	COMP	3000
149	PANTOPRAZOL DE SÓDIO 40 MG	COMP	3000
150	PASSIFLORA INCARNATA L. 100MG + CRATAEGUS OXYACANTHA L. 30MG + SALIX ALBA L. 100MG EXTRATO SECO.	COMP	1500
151	PERINDOPRIL 4MG	COMP	3000
152	PERINDOPRIL + INDAPAMIDA 4/1,25 MG	COMP	3000
153	PIRACETAM 800MG	COMP	1200
154	PLANTAGO OVATA 3,5G - SACHÊS 5G	SACH	3000
155	PROPALTINITRATO 10MG	COMP	9000
156	Ramipril 5 mg	COMP	1500
157	Ranelato de estrôncio 2g.	SACH	3000
158	Repaglinida 0,5 mg	COMP	1200
159	RISEDRONATO SÓDICO 35MG	COMP	1200
160	RIVAROXABAN 15MG	COMP	6000
161	RIVAROXABAN 20 MG	COMP	18000
162	ROSUVASTATINA CÁLCICA 10MG	COMP	6000
163	ROSUVASTATINA CÁLCICA 5 MG	COMP	1800
164	ROSUVASTATINA CÁLCIA 20 MG	COMP	3000
165	SILIMARINA 70mg + D - METIONONA 100mg	DG	3000
166	SOMATROPINA 4 UI - FR/AMP. 15 UI EM PÓ LIÓFILO + DILUENTE 1,5 ML.	AMP	3000
167	SUCCINATO DE METROPOLOL 100MG	COMP	3000
168	SUCCINATO DE METROPROLOL 25MG	COMP	3000
169	Succinato de metoprolol 50mg	COMP	4800
170	SULFATO DE GLICOSAMINA 1,5G - SACHÊ 3,95 G	SACH	30000
171	SULFATO DE GLICOSAMINA 1,5 G + CONDROITINA 1,2 G - SACHÊ 5 G	SACH	15000
172	SULFATO DE GLICOSAMINA 500MG + CONDROITINA 400MG	CAP	9000
173	SUPLEMENTO DE VITAMINAS E MINERAIS DE A à ZINCO	COMP	15000
174	TADALAFILA 5 MG DIÁRIO	COMP	1500
175	TAFLUPROSTA 15MCG/ML SOL. OFTÁLMICA - FLACONETES 0,3 ML	FLAC	1500
176	TARTARATO DE BRIMONIDINA 0,2% 10ML - sol.. Oftalm	FR	120
177	TARTARATO DE BRIMONIDINA Z 0,10 %, FRASCO 5 ML - SOL OFTÁLMICA	FR	120
178	Tibolona 2,5 mg	COMP	3000
179	TIMOLOL 0,5% + BRIMONIDINA 0,2% - 10 ML	FR	120



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU
Secretaria Municipal de Governo



PMCA/RJ
PROCESSO N.º: 114/2019

RUBRICA _____ FLS _____

180	TRAVAPOST 0,04% - 2,5ML - Sol.Oftálmica	FR	300
181	TRIMETAZIDINA MR 35MG	COMP	6000
182	TROPICAMIDA 1% SOL. OPFTÁLMICA 5ML	FR	36
183	VACCINIUM MACROCARPON, SACHÊ COM 5 G	SACH	3000
184	Valsartana 160 mg	COMP	9000
185	Valsartana 320 mg	COMP	1500
186	Valsartana 80mg.	COMP	4800
187	VALSARTANA + HIDROCLOROTIAZIDA 160/ 12,5 MG	COMP	4800
188	VARFARINA 5MG	COMP	1200
189	VIDALGLIPTINA 50MG	COMP	4800
190	Vidalgliptina 50mg + Metformina 1000mg.	COMP	6000
191	Vidalgliptina 50mg + Metformina 850mg.	COMP	4800
192	Vimocetina 5mg.	COMP	3000
CONTROLADOS			
193	AMITRIPTILINA 10MG	COMP	1200
194	CARBAMAZEPINA CR 200 MG	COMP	1200
195	CABERGOLINA 0,5 MG	COMP	900
196	Carbonato de lítio 450mg	COMP	1800
197	CELECOXIBE 200MG	COMP	1800
198	Citalopram 20 mg	COMP	30000
199	Cloridrato de amantadina 100mg	COMP	1800
200	Cloridrato de bupropiona 150mg	COMP	6000
201	CLORIDRATO DE DONEPEZILA 5 MG	COMP	3000
202	CLORIDRATO DE DONEPEZILA 10 MG	COMP	3000
203	CLORIDRATO DE DULOXETINA 30MG	CAP	1800
204	CLORIDRATO DE DULOXETINA 60MG	CAP	1800
205	Cloridrato de Levomepromazina 25 mg	COMP	1800
206	Cloridrato de levomepromazina 100mg	COMP	1800
207	Cloridrato de memantina 10mg	COMP	6000
208	Cloridrato de metadona 10 mg	COMP	1800
209	CLORIDRATO DE METILFENIDATO 10MG	COMP	3000
210	CLORIDRATO DE TRAMADOL 50 MG CAP	CAP	18000
211	CLORIDRATO DE TRAMADOL 100MG	CAP	6600
212	CLORIDRATO DE TRAZODONA 150MG - RETARD	COMP	3000
213	CLORIDRATO DE TRAZODONA 50MG	COMP	3000
214	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA 37,5MG	CAP	1800
215	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA 75MG	CAP	3000
216	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA 150MG	CAP	3000
217	CLONAZEPAM 2,5 MG/ML, FRASCO 20 ML	FR	600
218	CLOBAZAN 10MG	COMP	1500
219	CLOBAZAN 20MG	COMP	3000
220	CLOXAZOLAN 2MG	COMP	1800
221	CIPIONATO DE TESTOSTERONA 200MG SOLUÇÃO OLEOSA INJETÁVEL 100MG/ML AMPOLA DE 2ML	AMP	120
222	DICLORIDRATO DE PRAMIPEXOL 0,25MG	COMP	4800
223	DIMESILATO DE LISDEXANFETAMINA 30MG	CAP	1200
224	DIVALPROATO DE SODIO 250MG	COMP	3000
225	DIVALPROATO DE SÓDIO 500MG	COMP	3600
226	Divalproato de Sódio ER 500mg.	COMP	3600



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU
Secretaria Municipal de Governo



PMCA/RJ
PROCESSO N.º: 114/2019

RUBRICA _____ FLS _____

227	FLUNITRAZEPAN 1mg	COMP	1500
228	FOSFATO DE CODEÍNA 50MG	COMP	3000
229	FOSFATO DE CODEINA 30 MG	COMP	1500
230	Gabapentina 300 mg	COMP	9000
231	HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA 25MG	COMP	3000
232	HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA 50MG	COMP	4800
233	HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA 100 MG	COMP	4800
234	HEMITARTARATO DE ZOLPIDEM 10MG	COMP	4800
235	LAMOTRIGINA 50MG	COMP	3000
236	LEVODOPA 100MG + CARBIDOPA 25MG + ENTACAPONA 200MG	COMP	3600
237	LEVODOPA + CLOR. DE BENSERAZIDA 100/25MG BD COMPRIMIDO	COMP	3480
238	LEVODOPA + CLOR. DE BENSERAZIDA 100/25MG HBS CÁPSULA	CAP	1800
239	LEVODOPA + CLOR. DE BENSERAZIDA 200/50 DR COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO MODIFICADA (LIBERAÇÃO DÚPLA)	COMP	1200
240	Lorazepam 2 mg	COMP	1800
241	Mirtazapina 30 mg	COMP	3600
242	Nitrazepam 5mg	COMP	1800
243	NORTRIPTILINA 50MG	CAP	1800
244	OXALATO DE ESCITALOPRAM 10MG	COMP	4800
245	OLANZAPINA 5MG	COMP	1800
246	Olanzapina 10 mg	COMP	3000
247	OXALATO DE ESCITALOPRAM 15MG	COMP	1500
248	OXALATO DE ESCITALOPRAM 20MG	COMP	4800
249	OXCARBAZEPINA 300MG	COMP	2700
250	OXCARBAZEPINA 600MG	COMP	3600
251	PAROXETINA 25MG	COMP	1800
252	PAROXETINA 20MG	COMP	12000
253	PAROXETINA 40MG	COMP	1800
254	PIMOZIDA 4 mg	COMP	1500
255	PERICIAZINA 1% GOTAS	FR	120
256	PERICIAZINA 4% GOTAS	FR	300
257	PREGABALINA 75MG	CAP	24000
258	PREGABALINA 150MG	CAP	9000
259	RISPERIDONA 1MG/ML GOTAS	FR	600
260	RIVASTIGMINA 10CM2	ADES	1800
261	SERTRALINA 25MG	COMP	1800
262	SERTRALINA 50MG	COMP	30000
263	SERTRALINA 75MG	COMP	1800
264	SERTRALINA 100MG	COMP	4800
265	SUCCINATO DE DESVENLAFAXINA 50MG	COMP	1800
266	SUCCINATO DE DESVENLAFAXINA 100MG	COMP	1800
267	SULFATO DE MORFINA PENTAIDRATADO 10MG	COMP	1500
268	SULPIRIDA 200MG	COMP	3600
269	TOPIRAMATO 25MG	COMP	4500
270	TOPIRAMATO 50 MG	COMP	3300
271	UNDECILATO DE TESTOSTERONA 250MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL 4ML	AMP	24
272	VALPROATO DE SÓDIO 200MG/ML	FR	300



6.1. Qualquer discordância entre a descrição contida na Proposta de Preços e na Tabela acima, SERÁ considerada especificação contida na Proposta de Preço (Anexo IV), prevalecendo em todas as hipóteses, sob pena de Desclassificação.

7- PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

7.1 – PRAZO

7.1.1 - O prazo para fornecimento deverá ser em até 15 (quinze) dias corridos, de acordo com a ordem de execução do Secretário/Presidente do Fundo Municipal de Saúde ou pessoa por ele autorizada para este fim, acompanhada de Nota de Empenho, sob pena de ser cancelada a aquisição.

7.2 – LOCAL DE ENTREGA

7.2.1–Os medicamentos deverão ser entregues no endereço indicado na tabela abaixo, de segunda-feira a sexta-feira, no horário de 9h às 11h e/ou de 13h às 16h, mediante agendamento pelos telefones informados:

Item	Localidade	Quant.	Endereço	Contato
1	Casimiro de Abreu /RJ	01	Setor de Patrimônio e almoxarifado da SMS, situada à Rua Franklin José dos Santos nº 271 – Centro	Tel: (22) 2778-1248 (22) 2778-4130

7.3- CONDIÇÕES DE ENTREGA

7.3.1- Os medicamentos serão recebidos provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência;

7.3.2- Os medicamentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades; devendo ser lavrado termo de recusa, contendo as desconformidades, devendo ainda produto rejeitado ser recolhido no prazo máximo de 48 horas.

7.3.3 – Os medicamentos serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, havendo a conseqüente aceitação mediante termo circunstanciado;

7.3.4–O recebimento provisório ou definitivo dos objetos não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;

7.3.5 - Caberá ao fornecedor vencedor arcar com os custos diretos e indiretos, inclusive despesas com embalagem, taxas de frete e seguro da entrega do(s) material (is) a ser (em) substituído(s);

7.3.6 - O órgão solicitante reserva-se o direito de impugnar os medicamentos entregues, se esses não estiverem de acordo com as especificações técnicas deste Termo de Referência;

7.3.7- Somente serão permitidos os medicamentos com validade igual ou superior a 75 % da sua validade acordo com o especificado, não se admitindo, sob qualquer hipótese, medicamentos com validade diferente da especificada acima.

7.3.8 - Caso sejam identificados defeitos e/ou discrepâncias em relação às especificações exigidas, a CONTRATADA deverá promover a substituição dos medicamentos recusados em **até 10(dez) dias corridos**, contados do requerimento do Fundo Municipal de Saúde – FMS.

7.3.9 - No caso de rejeição das partes, entregues em desconformidade com as especificações deste Termo de Referência, o prazo para substituição será de 10 (**dez**) dias corridos;

7.3.10 - Na hipótese de substituição, **será contado novo prazo de garantia, a partir do novo recebimento definitivo.**

7.3.11. Os Produtos a serem fornecidos pela (s) empresas (s) vencedora (s) da licitação deverão apresentar em suas embalagens secundárias e/ou primária a expressão “PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO”, de acordo com o Artigo 7º da Portaria GM/MS nº 2814 de 29 de maio de 1998.

7.3.12. A Contratante observará as condições de transporte do medicamento no momento do recebimento, em observância ao exigido no Artigo 61 da Lei Federal nº 6360/1976. “Quando se tratar de produtos que exijam condições especiais de armazenamento e guarda, os veículos utilizados no seu transporte deverão ser dotados de equipamentos que possibilite acondicionamento e conservação capazes de assegurar as condições de pureza, segurança e eficácia do produto”.



8 - FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 8.1- Caberá ao fiscal do Contrato, receber os medicamentos, acompanhar e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato e determinar o que for necessário a regularização das falhas e/ou defeitos observados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato;
- 8.2- Ficará reservado à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no processo administrativo e tudo o mais que se relacione com o objeto licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação da contratação;
- 8.3 - O gestor deverá indicar fiscal de contrato com aptidão técnica e que detenha as competências necessárias para cumprir o encargo;
- 8.4 - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante da CONTRATANTE deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes;
- 8.5- A ação de fiscalização e acompanhamento pelo Fundo Municipal de Saúde - FMS não exonera a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades assumidas para a execução do objeto deste Termo de Referência.

9 - FORMA DE PAGAMENTO

- 9.1- O Município de Casimiro de Abreu somente efetuará o pagamento à CONTRATADA, desde que obedeça às formalidades legais e contratuais previstas;
- 9.2 - A nota fiscal deverá ser apresentada no ato da entrega, a fim de ser atestada e posteriormente encaminhada para pagamento, que deverá ser efetuado em até 30 (trinta) dias;
- 9.3 - O pagamento será realizado em até 30 dias após a apresentação da nota fiscal, que deverá ser apresentada no ato da entrega dos medicamentos, para fins de verificação de eventuais descontos, decorrentes de penalidades impostas à **CONTRATADA**, por descumprimento de obrigações contratuais.
- 9.4 - Da nota fiscal deverá constar relação do item entregue, e a nota devidamente conferida e atestada, por 02 (dois) servidores da **CONTRATANTE**, que não o ordenador da despesa, sendo posteriormente encaminhada para pagamento e processada em conformidade com a legislação vigente;
- 9.5 - Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços;
- 9.6 - "Ficam obrigados a emitir Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, a partir de 1º de dezembro de 2010, os contribuintes que, independentemente da atividade econômica exercida, realizem operações: I - destinadas à Administração Pública direta ou indireta, inclusive empresa pública e sociedade de economia mista, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios" (Protocolo ICMS 42/2009, Cláusula Segunda);
- 9.7 - Na ocasião do pagamento a ser efetuado, observadas as condições específicas da CONTRATADA, aplicar-se-á, no que couber, o disposto na Lei Federal No. 9.430, de 27 de dezembro de 1996, na Lei Federal N.º 8.212, de 24 de julho de 1991 e na Lei Complementar No. 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a correspondente Lei Municipal, com as alterações e regulamentações posteriores;
- 9.8 - No caso de a CONTRATADA ser enquadrada nas hipóteses de não retenção constante do Art. 4º, ou como pessoa jurídica amparada por medida Judicial constante do Art. 36, ambos da instrução normativa SRF, nº 1.234, de 11.01.2012, deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança a comprovação exigida na referida instrução normativa, sob pena de retenção de tributos da fonte;
- 9.9 - Na hipótese de o documento de cobrança apresentar erros, fica suspenso o prazo para o pagamento respectivo, prosseguindo-se a contagem do prazo somente após apresentação da nova documentação isenta de erros;
- 9.10 - Havendo rasura ou erro na Nota Fiscal/Fatura ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, a CONTRATADA será avisada, pela CONTRATANTE, para adotar as medidas saneadoras necessárias, ficando o pagamento pendente nesse ínterim. Nesta hipótese, o prazo para pagamento se reiniciará após a regularização da situação e/ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.
- 9.11 - Constatada a situação de irregularidade em quaisquer das certidões da CONTRATADA, a mesma será notificada, por escrito, para, num prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, sob pena de anulação da contratação.

10 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 10.2 - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do bem recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 10.3 - Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 10.4 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;



- 10.5 - Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 10.6 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- 10.7 - Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências do Fundo Municipal de Saúde - FMS para a entrega do material/insumos, proporcionando todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições estabelecidas;
- 10.8 - Solicitar o reparo ou a substituição dos materiais/insumos que apresentar defeito de fabricação durante o prazo de garantia;
- 10.9 - Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer irregularidade no fornecimento;
- 10.10 - Prestar à CONTRATADA, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias à execução do contrato.

11 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 11.1 - Entregar os medicamentos, obedecendo rigorosamente às especificações discriminadas no Termo de Referência e principalmente aos preceitos instituídos pela Lei Federal de Licitações;
- 11.2 - Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- 11.3 - Não transferir para outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato a ser firmado;
- 11.4 - Responsabilizar-se, exclusivamente por quaisquer ônus, direito e obrigações, vinculadas à legislação tributária, trabalhista, segurança e medicina do trabalho, previdenciária ou comercial, decorrente da contratação;
- 11.5 - Arcar com todas as despesas operacionais, correspondentes a deslocamentos, fretes, seguros, taxas, emolumentos, cópias e quaisquer outras necessárias à execução do objeto deste contrato;
- 11.6 - Executar o contrato através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que os mesmos venham a cometer no desempenho das funções, podendo o Contratante exigir a retirada daquelas cuja conduta seja julgada inconveniente e obrigando-se também a indenizar o Contratante por todos os danos e prejuízos que eventualmente ocasionarem;
- 11.7 - Responder perante o Contratante por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento ora contratado, por atos de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, assegurando ao Contratante o exercício do direito de regresso, eximindo-o de qualquer solidariedade ou responsabilidade de qualquer natureza;
- 11.8 - Facilitar e permitir ao Contratante, a qualquer momento, a realização de auditoria produtos, sem que isso incorra em isenção de responsabilidade ao Contratante, e esclarecer prontamente as questões relativas à execução do contrato, quando solicitada;
- 11.9 - Não utilizar o nome do Município de Casimiro de Abreu e do Contratante em quaisquer atividades de divulgação de sua empresa, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e outros impressos;
- 11.10 - Não se pronunciar em nome do Município de Casimiro de Abreu e do Contratante a órgãos da imprensa ou clientes sobre quaisquer assuntos relativos à sua atividade, bem como sobre os serviços ao seu cargo;
- 11.11 - Comunicar ao Contratante, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência, qualquer alteração na composição societária da empresa ou em seu quadro técnico;
- 11.12 - Comunicar ao Contratante, com antecedência mínima de 2 (dois) dias o pedido de afastamento temporário, bem como, quaisquer alterações cadastrais da empresa (end., tel., fax, e-mail);
- 11.13 - Guardar por si, por seus empregados e prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, em razão do fornecimento a serem confiados, ficando, portanto, por força da lei civil e criminal, responsável por sua indevida divulgação, descuidada e incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa;
- 11.14 - Obedecer às determinações legais ou emanadas das autoridades constituídas, sendo a única responsável pelas providências necessárias e pelos efeitos decorrentes de eventuais inobservâncias delas;
- 11.15 - Apresentar ao Contratante, junto com a(s) nota(s) fiscal(is), os documentos exigidos para pagamento, sob pena de retenção total ou parcial do pagamento;
- 11.16 - Assumir total responsabilidade pelos medicamentos que apresentarem não conformidade, má qualidade e/ou irregularidades, responsabilizando-se por eventuais danos e/ou prejuízos causados a terceiros e/ou a coisas e bens do Município e do Contratante, arcando com as respectivas indenizações, que poderão ser imediatamente retidas, e/ou reembolsando de imediato ao Município e ao Contratante o valor do prejuízo acarretado;
- 11.17 - Substituir e/ou reparar, por sua conta e responsabilidade, os materiais considerados inadequados ou imperfeitos, ou que estiverem em desacordo com o ora pactuado, respeitando os prazos fixados, ficando a critério de o Contratante aprovar ou rejeitar, sem prejuízo das multas contratuais;
- 11.18 - Requerer a exclusão do Município e do Contratante de lide que venha a ser movida por qualquer motivo relacionado aos compromissos aqui contratados, inclusive por seus funcionários, sob pena de ressarcimento dos prejuízos advindos do processo judicial, acrescido de perdas e danos, sem prejuízo de rescisão contratual;



- 11.19 - Obter as Licenças junto às repartições competentes, necessárias ao cumprimento das obrigações contratuais e mantê-las atualizadas;
- 11.20 - O Município e o Contratante não aceitarão, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da contratada, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros alegados;
- 11.21 - Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo Fundo Municipal de Saúde - FMS, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;
- 11.22 - Responder integralmente pelos danos causados, direta ou indiretamente, ao patrimônio da União em decorrência de ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, não se excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da fiscalização ou do acompanhamento realizado pelo Fundo Municipal de Saúde - FMS;
- 11.23 - Providenciar que seus empregados portem crachá de identificação quando da entrega dos materiais ao Fundo Municipal de Saúde - FMS;
- 11.24 - Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o pelo Fundo Municipal de Saúde - FMS;
- 11.25 - Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto ou em conexão com ele, ainda que ocorrido nas dependências do pelo Fundo Municipal de Saúde - FMS, inclusive por danos causados a terceiros;
- 11.26 - Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto deste Termo de Referência;
- 11.27 - Aceitar, nas mesmas condições do ajuste, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor.

12- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 12.1- Atestado de capacitação técnica da empresa e de seu responsável técnico pela entrega dos medicamentos da licitante, compatível com o objeto da licitação;
- 12.2 – Licença de funcionamento da Sede da licitante, expedido pelo serviço de Vigilância Sanitária Municipal ou Estadual, compatível com o objeto da licitação.
- 12.3. Comprovação da autorização de funcionamento da empresa participante emitida pela ANVISA e/ou cópia da sua respectiva publicação no D.O.U (Diário Oficial da União), para comercialização de medicamentos;
- 12.4. Comprovação da autorização Especial de funcionamento da empresa participante emitida pela ANVISA e/ou cópia da sua respectiva publicação no D.O.U (Diário Oficial da União), para comercialização de medicamentos Controlados;
- 12.5. Prova de inscrição no Conselho Regional de Farmácia – CRF com comprovação de Responsável Técnico Farmacêutico vinculado à empresa, podendo ser através de contrato social, CLT ou Contrato de Prestação de Serviços vigente. Ambos deverão comprovar a adimplência com o CRF, através de declaração de quitação online ou comprovante de anuidade pago.

13- SANÇÕES

13. - Pela inexecução total ou parcial da entrega dos itens, garantida a ampla defesa, a Contratada ficará sujeita às seguintes sanções;
- 13.1 -Ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Casimiro de Abreu, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas e demais cominações legais, nos termos do art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93, do art. 7º da Lei Federal n.º 10.520/02, e alterações posteriores, o licitante que;
- a) convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata Ordem de Fornecimento ou Autorização de Prestação de Serviço, deixar de apresentar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa;
- b) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- c) não mantiver a proposta;
- d) falhar ou fraudar a execução da Ata ou ordem de fornecimento;
- e) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.
- 13.2 - Pela inexecução total ou parcial da Ata ou da Autorização de Compra, garantida a ampla defesa, a Contratada ficará sujeita às seguintes sanções;
- a) advertência, por escrito, informando à contratada sobre o descumprimento de quaisquer obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;
- b) multa, observados os seguintes limites;
- b.1) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;
- b.2) 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou prestação do objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou causem transtornos, ainda, fora das especificações contratadas;



- c) suspensão temporária de participar em licitações promovidas pelo Tribunal e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, nos termos da Lei 8.666/93 e demais disposições correlatas;
- d) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93;
- 13.3 A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste edital;
- 13.4 O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido pela Contratada, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da notificação da sanção, sob pena de ser descontado da garantia prestada ou do pagamento eventualmente devido pela Administração;
- 13.5 No caso de descumprimento total ou parcial das condições para a participação do certame, a PMCA/FMS, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da lei civil, aplicará à Licitante, conforme o caso, as penalidades previstas nos art. 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93;
- 13.6 A licitante/Contratada que deixar de entregar a documentação exigida para o prosseguimento do certame, apresentar documentação falsa exigida, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, ser impedida de licitar e contratar com a Município de Casimiro de Abreu pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação;
- 13.7 O Processo de penalização das empresas será instruído e impulsionado pela Secretaria que deu origem e autorizou processo licitatório, através da Autoridade Competente.

14 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- 14.1 - É expressamente **vedada a subcontratação do objeto deste Termo de Referência**, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cabíveis;
- 14.2 - A validade da proposta não deverá ser inferior a 60(sessenta) dias, contados da data de sua apresentação.
- 14.3 - A Empresa deverá preencher a Planilha do anexo I com Registro do Produto e o Código GCREM emitido pela Secretaria de Vigilância Sanitária (ANVISA), correspondente ao item cotado em sua Proposta de Preços; ou isenção com publicação no D.O.U (Diário Oficial da União), conforme Artigo 16 da Lei Federal nº 6360/1976 e Artigo 5º da Portaria GM/MS nº 2814 de 29 de maio de 1998, que serão conferidos no momento de entrega, pela Coordenação de Farmácia.

15- CONTRATAÇÃO

- 15.1 – O fornecedor deverá assinar contrato como Fundo Municipal de Saúde/SMS, que terá prazo de vigência de 12 (doze) meses e prazo de entrega conforme descrito no item 7 deste termo de referência.
- 15.2. **Os futuros fornecedores da Ata de Registro de Preços originária deste processo serão obrigados a observar os preços da Tabela CMED (CÂMARA DE REGULAÇÃO ANVISA), como balizadores da contratação, não devendo ser aplicado preço acima da Tabela da CMED, sob pena de cancelamento do pedido para adequação, de acordo com as Orientações Interpretativas da CMED, oriundas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.**

Elaborado por:

RENE DIAS DOS SANTOS
COORDENADOR DE ASSISTENCIA FARMACEUTICA
CRF 18597
Mat.4068

À vista das informações contidas nestes autos e com observância às normas vigentes, sugiro a análise e o prosseguimento do feito como presente Termo de Referência.

Ibson Carvalho Dames Junior
Secretário Municipal de Saúde
Port. 39/20



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU
Secretaria Municipal de Governo



PMCA/RJ
PROCESSO N.º: 114/2019

RUBRICA _____ FLS _____

ANEXO I – DO Termo de Referência

PLANILHA DETALHADA DE QUANTITATIVO E PREÇOS

ITEM	Descrição Completa do Medicamento	Unidade de Medida	Quantidade	Critério de Aceitabilidade Preço Máximo	Nome Comercial / Laboratório	Código GGREM/ANVISA	Valor Unitário	Valor Total
1	ACARBOSE 50MG	COMP	3000					
2	ACETATO DE DESMOPRESSINA 0,1MG FRASCO-SPRAY 2,5ML	FR	50					
3	Ácido acetilsalisílico 100mg Comprimido revestido	COMP	30000					
4	ACIDO FÓLICO + FERRO QUELATO + GLICINATO 5/150MG	COMP	3000					
5	ÁCIDO GAMALINOLÊNICO 230 MG + ÁCIDO OLÉICO 163 MG + ÁCIDO LINOLÉICO 368 MG + OUTROS POLIINSATURADOS - 30 CÁPSULAS.	CAP	3000					
6	Ácido poliacrílico 0,3% gel	FR	120					
7	ÁCIDO TIOCTICO 600 MG COMPRIMIDO RESVESTIDO	COMP	4800					
8	ALOPURINOL 100MG	COMP	5100					
9	ALOPURINOL 300 MG	COMP	3000					
10	ANLODIPINO 2,5MG	COMP	1500					
11	APIXABANA 5MG	COMP	9000					
12	ATORVASTATINA CALCICA 10MG	COMP	3000					
13	ATORVASTATINA CALCICA 20 mg	COMP	6000					
14	ATORVASTATINA CALCICA 40 MG	COMP	3000					
15	AZATIOPRINA 50 MG.	COMP	9000					
16	BACLOFENO 10 MG	COMP	3000					



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU
Secretaria Municipal de Governo



PMCA/RJ
PROCESSO N.º: 114/2019

RUBRICA _____ FLS _____

17	BENFOTIAMINA 150 MG	COMP	1500					
18	BIMATOPROSTA 0,1mg/ml RC - 3ML - SOL.OFTALMICA	FR	120					
19	BIMATOPROSTA 0,3mg/ml - 5ml sol. oftálmica	FR	120					
20	BIMATOPROSTA + MALEATO DE TIMOLOL 0,3%MG/ML + 5,0MG/ML - 3ml - sol. Oftálmica	FR	180					
21	BISSULFATO DE CLOPIDOGREL 75 MG COMP. REVESTIDO	COMP	12000					
22	BOSENTANA 62,5 MG	COMP	1500					
23	BOSENTANA 125MG	COMP	1500					
24	BRINZOLAMIDA 1% + TIMOLOL 0,5% - 5 ML - sol. Oftálmica	FR	120					
25	BRINZOLAMIDA 10 MG/ML - 5ML - sol. Oftálmica	FR	120					
26	Cálcio citrato malato + Vit. D + Vit. K	COMP	1500					
27	Candesartana cilexetila 16mg	COMP	1500					
28	CARBOXIMETILCELULOSE 1% - 15 ml - sol. Oftalmica	FR	240					
29	CARBOXIMETILCELULOSE DE SÓDIO + GLICERINA E ASSOCIAÇÕES - 15 ML sol. Oftalmica	FR	180					
30	CARMELOSE SODICA 5 MG/ML - 15 ML Sol. Oftalmica	FR	120					
31	CIANOCOBALAMINA 5.000 MCG + NITRATO DE TIAMINA 100 MG + CLORIDRATO DE PIRIDOXINA 100 MG	COMP	3000					
32	CIANOCOBALAMINA 5.000 MCG + NITRATO DE TIAMINA 100 MG + CLORIDRATO DE PIRIDOXINA 100 MG SOL. INJETÁVEL	AMP	180					



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU
Secretaria Municipal de Governo



PMCA/RJ
PROCESSO N.º: 114/2019

RUBRICA _____ FLS _____

33	CIANOCOBALAMINA 1.000mcg + NITRATO DE TIAMINA 50 mg + CLORIDRATO DE PIRIDOXINA 50 mg + DICLOFENACO DE SÓDIO 50 mg	COMP	1500					
34	Cilostazol 100 mg	COMP	6000					
35	Cilostazol 50 mg	COMP	3000					
36	Ciprofibrato 100mg	COMP	9000					
37	Cloridrato de Bamifilina 300 mg Drágea	DG	1200					
38	CLORIDRATO DE BETAXOLOL 0,25% - 5 ML - SOL. Oftalmica	FR	120					
39	CLORIDRATO DE CINACALCETE 30MG COMP. REVESTIDO	COMP	3000					
40	CLORIDRATO DE CLONIDINA 0,100 MG	COMP	6000					
41	CLORIDRATO DE CLONIDINA 0,200 MG	COMP	3000					
42	CLORIDRATO DE DILTIAZEM 30 MG	COMP	6000					
43	Cloridrato de diltiazem 60mg	COMP	9000					
44	CLORIDRATO DE DORZOLAMIDA 2% SOL OFTÁLMICA, FRASCO 5 ML	FR	120					
45	CLORIDRATO DE DORZOLAMIDA 2,0%/MALEATO DE TIMOLOL 0,5% - 5ML - Sol. Oftalmica	FR	120					
46	Cloridrato de levobunolol 0,5% - 5ML sol. Ofal	FR	120					
47	CLORIDRATO DE NEBIVOLOL 5MG	COMP	4800					
48	CLORIDRATO DE PROXIMETACAÍNA 0,5% Solução Oftálmica Estéril - 5ml	FR	36					



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU
Secretaria Municipal de Governo



PMCA/RJ
PROCESSO N.º: 114/2019

RUBRICA _____ FLS _____

49	Cloridrato de oxibutinina 5mg	COMP	3000					
50	Cloridrato de Propafenona 300 mg	COMP	9000					
51	CLORIDRATO DE SOTALOL 120MG	COMP	1500					
52	Cloridrato de Sotalol 160 mg	COMP	3000					
53	CLORIDRATO DE TANSULOSINA 0,4MG	CAP	9000					
54	CLORIDRATO DE TICLOPIDINA 250 MG	COMP	3000					
55	CLORIDRATO MOXIFLOCINO 5MG - 5ML - sol. Oftalm	FR	120					
56	CLORTALIDONA 12,5 MG	COMP	4800					
57	CLORTALIDONA 25 MG	COMP	1500					
58	Colchicina 0,5mg	COMP	4800					
59	COLECALCIFEROL 200UI/ML - SOL. ORAL 10ML	FR	120					
60	COLECALCIFEROL 1.000UI	CAP	1500					
61	COLECALCIFEROL 5.000UI	CAP	3000					
62	COLECALCIFEROL 7.000UI	CAP	1500					
63	CUMARINA 15 MG + TOXERRUTINA 90 MG	DG	6000					
64	DAPAGLIFLOZINA 10MG COMP REVESTIDO	COMP	1500					
65	DEXAMETASONA 1 MG/ML SULFATO DE NEOMICINA 5 MG/ML SULFATO DE POLIMIXINA B 6000 UI/ML POMADA OFTÁLMICA	BIS	120					
66	DIACERÉINA 50mg CÁPSULA	CAP	9000					
67	Dicloridrato de Betaistina 16mg	COMP	4800					
68	Dicloridrato de Betaistina 24mg	COMP	6000					
69	DICLORIDRATO DE FLUNARIZINA 10 MG	COMP	3000					
70	Dicloridrato de manidipino 10mg.	COMP	1500					



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU
Secretaria Municipal de Governo



PMCA/RJ
PROCESSO N.º: 114/2019

RUBRICA _____ FLS _____

71	DIOSMINA 450MG + HESPERIDINA 50MG	COMP	15000					
72	DIOSMINA 900MG + HESPERIDINA 100MG	COMP	3000					
73	DOMPERIDONA 10 MG	COMP	4800					
74	DUTASTERIDA + CLORIDRATO DE TANSULOSINA 0,5 + 0,4 MG Cápsula Gel Dura	CAP	6000					
75	DUTASTERIDA 0,5mg CAPSULA GEL MOLE	CAP	3000					
76	EDOXABANA 60MG	COMP	1500					
77	EMPAGLIFOZINA 25MG	COMP	4800					
78	ESOMEPRAZOL MAGNÉSIO 20MG COMPRIMIDO REVESTIDO	COMP	3000					
79	ESOMEPRAZOL MAGNÉSIO 40MG COMPRIMIDO REVESTIDO	COMP	3000					
80	Estradiol 1 mg	COMP	1800					
81	ESTRIOL 1MG/G - 50gr CREME VAGINAL	BIS	180					
82	Extrato Hidroalcolico Seco - GLYCINE MAX 150mg (equivalente a 60mg de isoflavonas de soja).	COMP	1500					
83	EXTRATO SECO DE GINKO BILOBA 80MG	COMP	1500					
84	Extrato seco de Melilotus officinalis 26,7mg (padronizado para conter de 4,0 (15%) a 5,4 (20%) mg de cumarina por comprimido	COMP	3000					
85	Ezetimiba 10mg	COMP	1800					
86	EZETIMIBA + SINVASTATINA 10/20 MG	COMP	3000					



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU
Secretaria Municipal de Governo



PMCA/RJ
PROCESSO N.º: 114/2019

RUBRICA _____ FLS _____

87	FENOFIBRATO 160 MG, LIBERAÇÃO RETARD. CAPSULA GEL MICROGRANULADOS.	CAP	1500					
88	FERRIPOLIMALTOSE 100 MG	COMP	1500					
89	FERRIPOLIMALTOSE 100MG/2ML SOL. INJETÁVEL	AMP	120					
90	FERRO QUELATO GLICINATO 500MG	COMP	1200					
91	FLUORESCÉINA SÓDICA 1% SOL. OFTÁLMICA 3ML	FR	36					
92	FOSFATO DE SITAGLIPTINA 50mg, COMPRIMIDO REVESTIDO	COMP	1200					
93	FOSFATO DE SITAGLIPTINA 100MG COMPRIMIDO REVESTIDO	COMP	9000					
94	FOSFATO SITAGLIPTINA + CLORIDRATO DE METFORMINA 50/500MG, COMPRIMIDO REVESTIDO.	COMP	3000					
95	FOSFATO SITAGLIPTINA + CLORIDRATO DE METFORMINA 50/850MG, COMPRIMIDO	COMP	6000					
96	HEMIFUMARATO DE BISOPROLOL 1,25MG	COMP	1500					
97	HEMIFUMARATO DE BISOPROLOL 2,5MG COMPRIMIDO REVESTIDO	COMP	1500					
98	HEMIFUMARATO DE BISOPROLOL 5MG COMPRIMIDO REVESTIDO	COMP	3000					
99	FUMARATO DE FORMOTEROL DI-HIDRATADO + BUDESONIDA 12/400MCG CÁPSULAS PARA INALAÇÃO	CAP	1800					
100	GEL HIDRATANTE	BIS	60					



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU
Secretaria Municipal de Governo



PMCA/RJ
PROCESSO N.º: 114/2019
RUBRICA _____ FLS _____

	INTRAVAGINAL 30 gramas							
101	GLIMEPIRIDA 4MG	COMP	1500					
102	HARPAGOPHYTUM PROCUMBENS EXTRATO SECO 400 MG	COMP	1800					
103	HIDRATO DE CALCIPOTRIOL + DIPROPIONATO DE BETAMETASONA 50MCG/G + 0,5MG/G 30G	BIS	60					
104	HIALURONATO DE SÓDIO 0,15% Sol. Oftálmica. Frasco 10ml	FR	60					
105	Hidroxicloroquina 400mg comp	COMP	500					
106	HIPROMELOSE 0,3% GEL LUBRIFICANTE OFTÁLMICO 10G	FR	120					
107	IMIQUIMODE 50 MG/G CREME DERMATOLÓGICO, SACHE 250 MG	SACH	3000					
108	INDAPAMIDA 1,5MG COMPRIMIDO REVESTIDO.	COMP	9000					
109	INDAPAMIDA 1,5 mg SR COMPRIMIDO REVESTIDO LIBERAÇÃO PROLONGADA.	COMP	3000					
110	INSULINA ASPART 100UI/ML - 10 ML SOLUÇÃO INJETAVEL	FR	300					
111	INSULINA ASPART 100UI/ML - 3 ML SOLUÇÃO INJETAVEL	CAN.	600					
112	INSULINA DEGLUDECA 100 UI/ML 3 ML	CAN.	540					
113	Insulina glargina 100 UI/ml frasco 10 ml.	FR/A	1800					
114	INSULINA GLARGINA 100 UI/ML REFIL 3 ML	CAN.	1200					
115	INSULINA GLULISINA 100UI/ML - 10 ML	FR/A	60					
116	INSULINA LISPRO 100UI/ML	FR/A	1200					



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU
Secretaria Municipal de Governo



PMCA/RJ
PROCESSO N.º: 114/2019

RUBRICA _____ FLS _____

	FRASCO 10 ML							
117	INSULINA LISPRO 100 UI/ML REFIL 3ML	CAN.	600					
118	INSULINA LIRAGLUTIDA 6MG/ML - 2 SISTEMAS (CANETA) COM 3ML SOL. CADA	CAN.	900					
119	LATANOPROSTA 50mcg - 2,5ml -sol.Oftalm	FR	60					
120	LEVANLODIPINO, BESILATO 2,5 MG	COMP	1500					
121	LEVANLODIPINO, BESILATO 5MG	COMP	1200					
122	LEVOTIROXINA SÓDICA 112 MCG	COMP	1200					
123	LEVOTIROXINA SÓDICA 125MCG	COMP	3000					
124	LEVOTIROXINA SÓDICA 150 MCG	COMP	1200					
125	LEVOTIROXINA SÓDICA 175MCG	COMP	1200					
126	LEVOTIROXINA SODICA 38MCG	COMP	1200					
127	LEVOTIROXINA SÓDICA 62,5 MCG	COMP	1200					
128	LEVOTIROXINA SÓDICA 88MCG	COMP	3000					
129	LINAGLIPTINA 5MG COMPRIMIDO REVESTIDO	COMP	6000					
130	LIDOCAÍNA 50MG + SULFATO DE NEOMICINA 5MG + HIALURONIDASE 50 - 15G	BIS	60					
131	LOSARTANA + HIDROCLOROTIAZIDA 50 + 12,5MG	COMP	3000					
132	MALEATO DE TRIMEBUTINA 200 MG.	COMP	1500					



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU
Secretaria Municipal de Governo



PMCA/RJ
PROCESSO N.º: 114/2019

RUBRICA _____ FLS _____

133	MELATONINA 5MG	COMP	900					
134	MESILATO DE RASAGILINA 1MG	COMP	600					
135	METOTREXATO 2,5 MG	COMP	9000					
136	METOTREXATO 50MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMP	120					
137	MICOFENOLATO DE MOFETILA 500MG	COMP	3000					
138	MONTELUCASTE DE SÓDIO 4MG SACHÊ	SACH	1200					
139	NIMODIPINO 30 MG	COMP	3000					
140	NITRENDIPINA 20MG	COMP	1800					
141	OLMESARTANA + ANLODIPINO 40/10MG	COMP	3000					
142	OLMESARTANA + ANLODIPINO 40/5MG	COMP	1800					
143	Oimesartana + Hidroclorotiazida 40/ 25mg.	COMP	3000					
144	OLMESARTANA MEDOXOMILA 20 MG	COMP	1800					
145	OLMESARTANA MEDOXOMILA 40MG	COMP	1800					
146	Omega 3 1000 mg	CAP	6000					
147	ORLISTATE 120 mg	COMP	3000					
148	PANTOPRAZOL DE SÓDIO 20 MG	COMP	3000					
149	PANTOPRAZOL DE SÓDIO 40 MG	COMP	3000					
150	PASSIFLORA INCARNATA L. 100MG + CRATAEGUS OXYACANTHA L. 30MG + SALIX ALBA L. 100MG EXTRATO SECO.	COMP	1500					
151	PERINDOPRIL 4MG	COMP	3000					
152	PERINDOPRIL + INDAPAMIDA 4/1,25 MG	COMP	3000					



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU
Secretaria Municipal de Governo



PMCA/RJ
PROCESSO N.º: 114/2019

RUBRICA _____ FLS _____

153	PIRACETAM 800MG	COMP	1200					
154	PLANTAGO OVATA 3,5G - SACHÊS 5G	SACH	3000					
155	PROPALTINITRATO 10MG	COMP	9000					
156	Ramipril 5 mg	COMP	1500					
157	Ranelato de estrôncio 2g.	SACH	3000					
158	Repaglinida 0,5 mg	COMP	1200					
159	RISEDRONATO SÓDICO 35MG	COMP	1200					
160	RIVAROXABAN 15MG	COMP	6000					
161	RIVAROXABAN 20 MG	COMP	18000					
162	ROSUVASTATINA CÁLCICA 10MG	COMP	6000					
163	ROSUVASTATINA CÁLCICA 5 MG	COMP	1800					
164	ROSUVASTATINA CÁLCIA 20 MG	COMP	3000					
165	SILIMARINA 70mg + D - METIONONA 100mg	DG	3000					
166	SOMATROPINA 4 UI - FR/AMP. 15 UI EM PÓ LIÓFILO + DILUENTE 1,5 ML.	AMP	3000					
167	SUCCINATO DE METROPOLOL 100MG	COMP	3000					
168	SUCCINATO DE METROPROLOL 25MG	COMP	3000					
169	Succinato de metoprolol 50mg	COMP	4800					
170	SULFATO DE GLICOSAMINA 1,5G - SACHÊ 3,95 G	SACH	30000					
171	SULFATO DE GLICOSAMINA 1,5 G + CONDRITINA 1,2 G - SACHÊ 5 G	SACH	15000					
172	SULFATO DE GLICOSAMINA 500MG + CONDRITINA 400MG	CAP	9000					
173	SUPLEMENTO DE VITAMINAS E MINERAIS DE A à ZINCO	COMP	15000					



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU
Secretaria Municipal de Governo



PMCA/RJ
PROCESSO N.º: 114/2019

RUBRICA _____ FLS _____

174	TADALAFILA 5 MG DIÁRIO	COMP	1500					
175	TAFLUPROSTA 15MCG/ML SOL. OFTÁLMICA - FLACONETES 0,3 ML	FLAC	1500					
176	TARTARATO DE BRIMONIDINA 0,2% 10ML - sol.. Oftalm	FR	120					
177	TARTARATO DE BRIMONIDINA Z 0,10 %, FRASCO 5 ML - SOL OFTÁLMICA	FR	120					
178	Tibolona 2,5 mg	COMP	3000					
179	TIMOLOL 0,5% + BRIMONIDINA 0,2% - 10 ML	FR	120					
180	TRAVAPOST 0,04% - 2,5ML - Sol.Oftálmica	FR	300					
181	TRIMETAZIDINA MR 35MG	COMP	6000					
182	TROPICAMIDA 1% SOL. OPFTÁLMICA 5ML	FR	36					
183	VACCINIUM MACROCARPON, SACHÊ COM 5 G	SACH	3000					
184	Valsartana 160 mg	COMP	9000					
185	Valsartana 320 mg	COMP	1500					
186	Valsartana 80mg.	COMP	4800					
187	VALSARTANA + HIDROCLOROTIAZIDA 160/ 12,5 MG	COMP	4800					
188	VARFARINA 5MG	COMP	1200					
189	VIDALGLIPTINA 50MG	COMP	4800					
190	Vidalgliptina 50mg + Metformina 1000mg.	COMP	6000					
191	Vidalgliptina 50mg + Metformina 850mg.	COMP	4800					
192	Vimocetina 5mg.	COMP	3000					
193	AMITRIPTILINA 10MG	COMP	1200					
194	CARBAMAZEPINA CR 200 MG	COMP	1200					
195	CABERGOLINA 0,5 MG	COMP	900					



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU
Secretaria Municipal de Governo



PMCA/RJ
PROCESSO N.º: 114/2019
RUBRICA _____ FLS _____

196	Carbonato de lítio 450mg	COMP	1800					
197	CELECOXIBE 200MG	COMP	1800					
198	Citalopram 20 mg	COMP	30000					
199	Cloridrato de amantadina 100mg	COMP	1800					
200	Cloridrato de bupropiona 150mg	COMP	6000					
201	CLORIDRATO DE DONEPEZILA 5 MG	COMP	3000					
202	CLORIDRATO DE DONEPEZILA 10 MG	COMP	3000					
203	CLORIDRATO DE DULOXETINA 30MG	CAP	1800					
204	CLORIDRATO DE DULOXETINA 60MG	CAP	1800					
205	Cloridrato de Levomepromazina 25 mg	COMP	1800					
206	Cloridrato de levomepromazina 100mg	COMP	1800					
207	Cloridrato de memantina 10mg	COMP	6000					
208	Cloridrato de metadona 10 mg	COMP	1800					
209	CLORIDRATO DE METILFENIDATO 10MG	COMP	3000					
210	CLORIDRATO DE TRAMADOL 50 MG CAP	CAP	18000					
211	CLORIDRATO DE TRAMADOL 100MG	CAP	6600					
212	CLORIDRATO DE TRAZODONA 150MG - RETARD	COMP	3000					
213	CLORIDRATO DE TRAZODONA 50MG	COMP	3000					
214	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA 37,5MG	CAP	1800					
215	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA 75MG	CAP	3000					
216	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA 150MG	CAP	3000					
217	CLONAZEPAM 2,5 MG/ML,	FR	600					



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU
Secretaria Municipal de Governo



PMCA/RJ
PROCESSO N.º: 114/2019
RUBRICA _____ FLS _____

	FRASCO 20 ML							
218	CLOBAZAN 10MG	COMP	1500					
219	CLOBAZAN 20MG	COMP	3000					
220	CLOXAZOLAN 2MG	COMP	1800					
221	CIPIONATO DE TESTOSTERONA 200MG SOLUÇÃO OLEOSA INJETÁVEL 100MG/ML AMPOLA DE 2ML	AMP	120					
222	DICLORIDRATO DE PRAMIPEXOL 0,25MG	COMP	4800					
223	DIMESILATO DE LISDEXANFETAMINA 30MG	CAP	1200					
224	DIVALPROATO DE SODIO 250MG	COMP	3000					
225	DIVALPROATO DE SÓDIO 500MG	COMP	3600					
226	Divalproato de Sódio ER 500mg.	COMP	3600					
227	FLUNITRAZEPAN 1mg	COMP	1500					
228	FOSFATO DE CODEÍNA 50MG	COMP	3000					
229	FOSFATO DE CODEINA 30 MG	COMP	1500					
230	Gabapentina 300 mg	COMP	9000					
231	HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA 25MG	COMP	3000					
232	HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA 50MG	COMP	4800					
233	HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA 100 MG	COMP	4800					
234	HEMITARTARATO DE ZOLPIDEM 10MG	COMP	4800					
235	LAMOTRIGINA 50MG	COMP	3000					
236	LEVODOPA 100MG + CARBIDOPA 25MG + ENTACAPONA 200MG	COMP	3600					
237	LEVODOPA + CLOR. DE BENSERAZIDA 100/25MG BD	COMP	3480					



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU
Secretaria Municipal de Governo



PMCA/RJ
PROCESSO N.º: 114/2019

RUBRICA _____ FLS _____

	COMPRIMIDO							
238	LEVODOPA + CLOR. DE BENSERAZIDA 100/25MG HBS CÁPSULA	CAP	1800					
239	LEVODOPA + CLOR. DE BENSERAZIDA 200/50 DR COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO MODIFICADA (LIBERAÇÃO DUPLA)	COMP	1200					
240	Lorazepam 2 mg	COMP	1800					
241	Mirtazapina 30 mg	COMP	3600					
242	Nitrazepam 5mg	COMP	1800					
243	NORTRIPTILINA 50MG	CAP	1800					
244	OXALATO DE ESCITALOPRAM 10MG	COMP	4800					
245	OLANZAPINA 5MG	COMP	1800					
246	Olanzapina 10 mg	COMP	3000					
247	OXALATO DE ESCITALOPRAM 15MG	COMP	1500					
248	OXALATO DE ESCITALOPRAM 20MG	COMP	4800					
249	OXCARBAZEPINA 300MG	COMP	2700					
250	OXCARBAZEPINA 600MG	COMP	3600					
251	PAROXETINA 25MG	COMP	1800					
252	PAROXETINA 20MG	COMP	12000					
253	PAROXETINA 40MG	COMP	1800					
254	PIMOZIDA 4 mg	COMP	1500					
255	PERICIAZINA 1% GOTAS	FR	120					
256	PERICIAZINA 4% GOTAS	FR	300					
257	PREGABALINA 75MG	CAP	24000					
258	PREGABALINA 150MG	CAP	9000					
259	RISPERIDONA 1MG/ML GOTAS	FR	600					
260	RIVASTIGMINA 10CM2	ADES	1800					
261	SERTRALINA 25MG	COMP	1800					



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU
Secretaria Municipal de Governo



PMCA/RJ
PROCESSO N.º: 114/2019
RUBRICA _____ FLS _____

262	SERTRALINA 50MG	COMP	30000					
263	SERTRALINA 75MG	COMP	1800					
264	SERTRALINA 100MG	COMP	4800					
265	SUCCINATO DE DESVENLAFAXINA 50MG	COMP	1800					
266	SUCCINATO DE DESVENLAFAXINA 100MG	COMP	1800					
267	SULFATO DE MORFINA PENTAIDRATADO 10MG	COMP	1500					
268	SULPIRIDA 200MG	COMP	3600					
269	TOPIRAMATO 25MG	COMP	4500					
270	TOPIRAMATO 50 MG	COMP	3300					
271	UNDECILATO DE TESTOSTERONA 250MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL 4ML	AMP	24					
272	VALPROATO DE SÓDIO 200MG/ML	FR	300					

VALOR POR EXTENSO:

OBS: Aquisição de Medicamentos de Especialidades para distribuição gratuita.

Espaço reservado a Licitante (carimbo e assinatura)

Prefeitura Municipal de Casimiro de Abreu - PMCA

EMPRESA:

CNPJ N.º:

ENDEREÇO:

BAIRRO

E-MAIL:

TEL:

CIDADE:

ESTADO

CEP:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU
Secretaria Municipal de Governo



PMCA/RJ
PROCESSO N.º: 114/2019
RUBRICA _____ FLS _____

ANEXO II – (MODELO) CREDENCIAMENTO

Em atendimento ao disposto no processo de licitação supra, credenciamos o Sr(a) , portador(a) da Cédula de Identidade n.º e CPF n.º , inscrita no CNPJ sobre o nº , no referido processo, com plenos poderes para apresentar proposta, formular lances, negociar preços, juntar documentos, assinar propostas, declarações, atos e termos, tomar deliberações, prestar quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários, interpor e/ou desistir de recursos em todas as fases licitatórias.

..... de de 20.....
Assinatura do responsável pela empresa
Nome do responsável pela empresa

Obs.:

Favor preencher em papel timbrado da licitante, com assinatura do responsável legal



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU
Secretaria Municipal de Governo



PMCA/RJ
PROCESSO N.º: 114/2019
RUBRICA _____ FLS _____

ANEXO III – (MODELO) DECLARAÇÃO REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

_____ (inserir a razão social) _____, CNPJ nº. _____, sediada _____
(endereço completo) _____, declara, sob as penas da lei, que cumpre os requisitos de habilitação para
a participação no Procedimento Licitatório nº. ____/____.

..... de de 20__.
Assinatura do responsável pela empresa
Nome do responsável pela empresa



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU
Secretaria Municipal de Governo



PMCA/RJ
PROCESSO N.º: 114/2019
RUBRICA _____ FLS _____

ANEXO IV – PROPOSTA COMERCIAL



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU
Secretaria Municipal de Governo



PMCA/RJ
PROCESSO N.º: 114/2019

RUBRICA _____ FLS _____

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº _____/2020

ANEXO IV - A

PLANILHA DETALHADA DE QUANTITATIVO E PREÇOS

ITEM	Descrição Completa do Medicamento	Unidade de Medida	Quantidade	Critério de Aceitabilidade Preço Máximo	Nome Comercial / Laboratório	Código GGREM/ANVISA	Valor Unitário	Valor Total
1	ACARBOSE 50MG	COMP	3000					
2	ACETATO DE DESMOPRESSINA 0,1MG FRASCO-SPRAY 2,5ML	FR	50					
3	Ácido acetilsalisílico 100mg Comprimido revestido	COMP	30000					
4	ACIDO FÓLICO + FERRO QUELATO + GLICINATO 5/150MG	COMP	3000					
5	ÁCIDO GAMALINOLÊNICO 230 MG + ÁCIDO OLÉICO 163 MG + ÁCIDO LINOLÉICO 368 MG + OUTROS POLIINSATURADOS - 30 CÁPSULAS.	CAP	3000					
6	Ácido poliacrílico 0,3% gel	FR	120					
7	ÁCIDO TIOCTICO 600 MG COMPRIMIDO RESVESTIDO	COMP	4800					
8	ALOPURINOL 100MG	COMP	5100					
9	ALOPURINOL 300 MG	COMP	3000					
10	ANLODIPINO 2,5MG	COMP	1500					
11	APIXABANA 5MG	COMP	9000					
12	ATORVASTATINA CALCICA 10MG	COMP	3000					
13	ATORVASTATINA CALCICA 20 mg	COMP	6000					
14	ATORVASTATINA CALCICA 40 MG	COMP	3000					
15	AZATIOPRINA 50 MG.	COMP	9000					
16	BACLOFENO 10 MG	COMP	3000					



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU
Secretaria Municipal de Governo



PMCA/RJ
PROCESSO N.º: 114/2019

RUBRICA _____ FLS _____

17	BENFOTIAMINA 150 MG	COMP	1500					
18	BIMATOPROSTA 0,1mg/ml RC - 3ML - SOL.OFTALMICA	FR	120					
19	BIMATOPROSTA 0,3mg/ml - 5ml sol. oftálmica	FR	120					
20	BIMATOPROSTA + MALEATO DE TIMOLOL 0,3%MG/ML + 5,0MG/ML - 3ml - sol. Oftálmica	FR	180					
21	BISSULFATO DE CLOPIDOGREL 75 MG COMP. REVESTIDO	COMP	12000					
22	BOSENTANA 62,5 MG	COMP	1500					
23	BOSENTANA 125MG	COMP	1500					
24	BRINZOLAMIDA 1% + TIMOLOL 0,5% - 5 ML - sol. Oftálmica	FR	120					
25	BRINZOLAMIDA 10 MG/ML - 5ML - sol. Oftálmica	FR	120					
26	Cálcio citrato malato + Vit. D + Vit. K	COMP	1500					
27	Candesartana cilexetila 16mg	COMP	1500					
28	CARBOXIMETILCELULOSE 1% - 15 ml - sol. Oftalmica	FR	240					
29	CARBOXIMETILCELULOSE DE SÓDIO + GLICERINA E ASSOCIAÇÕES - 15 ML sol. Oftalmica	FR	180					
30	CARMELOSE SODICA 5 MG/ML - 15 ML Sol. Oftalmica	FR	120					
31	CIANOCOBALAMINA 5.000 MCG + NITRATO DE TIAMINA 100 MG + CLORIDRATO DE PIRIDOXINA 100 MG	COMP	3000					
32	CIANOCOBALAMINA 5.000 MCG + NITRATO DE TIAMINA 100 MG + CLORIDRATO DE PIRIDOXINA 100 MG SOL. INJETÁVEL	AMP	180					



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU
Secretaria Municipal de Governo



PMCA/RJ
PROCESSO N.º: 114/2019

RUBRICA _____ FLS _____

33	CIANOCOBALAMINA 1.000mcg + NITRATO DE TIAMINA 50 mg + CLORIDRATO DE PIRIDOXINA 50 mg + DICLOFENACO DE SÓDIO 50 mg	COMP	1500					
34	Cilostazol 100 mg	COMP	6000					
35	Cilostazol 50 mg	COMP	3000					
36	Ciprofibrato 100mg	COMP	9000					
37	Cloridrato de Bamifilina 300 mg Drágea	DG	1200					
38	CLORIDRATO DE BETAXOLOL 0,25% - 5 ML - SOL. Oftalmica	FR	120					
39	CLORIDRATO DE CINACALCETE 30MG COMP. REVESTIDO	COMP	3000					
40	CLORIDRATO DE CLONIDINA 0,100 MG	COMP	6000					
41	CLORIDRATO DE CLONIDINA 0,200 MG	COMP	3000					
42	CLORIDRATO DE DILTIAZEM 30 MG	COMP	6000					
43	Cloridrato de diltiazem 60mg	COMP	9000					
44	CLORIDRATO DE DORZOLAMIDA 2% SOL OFTÁLMICA, FRASCO 5 ML	FR	120					
45	CLORIDRATO DE DORZOLAMIDA 2,0%/MALEATO DE TIMOLOL 0,5% - 5ML - Sol. Oftalmica	FR	120					
46	Cloridrato de levobunolol 0,5% - 5ML sol. Ofal	FR	120					
47	CLORIDRATO DE NEBIVOLOL 5MG	COMP	4800					
48	CLORIDRATO DE PROXIMETACAÍNA 0,5% Solução Oftálmica Estétil - 5ml	FR	36					



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU
Secretaria Municipal de Governo



PMCA/RJ
PROCESSO N.º: 114/2019

RUBRICA _____ FLS _____

49	Cloridrato de oxibutinina 5mg	COMP	3000					
50	Cloridrato de Propafenona 300 mg	COMP	9000					
51	CLORIDRATO DE SOTALOL 120MG	COMP	1500					
52	Cloridrato de Sotalol 160 mg	COMP	3000					
53	CLORIDRATO DE TANSULOSINA 0,4MG	CAP	9000					
54	CLORIDRATO DE TICLOPIDINA 250 MG	COMP	3000					
55	CLORIDRATO MOXIFLOCINO 5MG - 5ML - sol. Oftalm	FR	120					
56	CLORTALIDONA 12,5 MG	COMP	4800					
57	CLORTALIDONA 25 MG	COMP	1500					
58	Colchicina 0,5mg	COMP	4800					
59	COLECALCIFEROL 200UI/ML - SOL. ORAL 10ML	FR	120					
60	COLECALCIFEROL 1.000UI	CAP	1500					
61	COLECALCIFEROL 5.000UI	CAP	3000					
62	COLECALCIFEROL 7.000UI	CAP	1500					
63	CUMARINA 15 MG + TOXERRUTINA 90 MG	DG	6000					
64	DAPAGLIFLOZINA 10MG COMP REVESTIDO	COMP	1500					
65	DEXAMETASONA 1 MG/ML SULFATO DE NEOMICINA 5 MG/ML SULFATO DE POLIMIXINA B 6000 UI/ML POMADA OFTÁLMICA	BIS	120					
66	DIACERÉINA 50mg CÁPSULA	CAP	9000					
67	Dicloridrato de Betaistina 16mg	COMP	4800					
68	Dicloridrato de Betaistina 24mg	COMP	6000					
69	DICLORIDRATO DE FLUNARIZINA 10 MG	COMP	3000					
70	Dicloridrato de manidipino 10mg.	COMP	1500					



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU
Secretaria Municipal de Governo



PMCA/RJ
PROCESSO N.º: 114/2019

RUBRICA _____ FLS _____

71	DIOSMINA 450MG + HESPERIDINA 50MG	COMP	15000					
72	DIOSMINA 900MG + HESPERIDINA 100MG	COMP	3000					
73	DOMPERIDONA 10 MG	COMP	4800					
74	DUTASTERIDA + CLORIDRATO DE TANSULOSINA 0,5 + 0,4 MG Cápsula Gel Dura	CAP	6000					
75	DUTASTERIDA 0,5mg CAPSULA GEL MOLE	CAP	3000					
76	EDOXABANA 60MG	COMP	1500					
77	EMPAGLIFOZINA 25MG	COMP	4800					
78	ESOMEPRAZOL MAGNÉSIO 20MG COMPRIMIDO REVESTIDO	COMP	3000					
79	ESOMEPRAZOL MAGNÉSIO 40MG COMPRIMIDO REVESTIDO	COMP	3000					
80	Estradiol 1 mg	COMP	1800					
81	ESTRIOL 1MG/G - 50gr CREME VAGINAL	BIS	180					
82	Extrato Hidroalcolico Seco - GLYCINE MAX 150mg (equivalente a 60mg de isoflavonas de soja).	COMP	1500					
83	EXTRATO SECO DE GINKO BILOBA 80MG	COMP	1500					
84	Extrato seco de Melilotus officinalis 26,7mg (padronizado para conter de 4,0 (15%) a 5,4 (20%) mg de cumarina por comprimido	COMP	3000					
85	Ezetimiba 10mg	COMP	1800					
86	EZETIMIBA + SINVASTATINA 10/20 MG	COMP	3000					



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU
Secretaria Municipal de Governo



PMCA/RJ
PROCESSO N.º: 114/2019

RUBRICA _____ FLS _____

87	FENOFIBRATO 160 MG, LIBERAÇÃO RETARD. CAPSULA GEL MICROGRANULADOS.	CAP	1500					
88	FERRIPOLIMALTOSE 100 MG	COMP	1500					
89	FERRIPOLIMALTOSE 100MG/2ML SOL. INJETÁVEL	AMP	120					
90	FERRO QUELATO GLICINATO 500MG	COMP	1200					
91	FLUORESCÉINA SÓDICA 1% SOL. OFTÁLMICA 3ML	FR	36					
92	FOSFATO DE SITAGLIPTINA 50mg, COMPRIMIDO REVESTIDO	COMP	1200					
93	FOSFATO DE SITAGLIPTINA 100MG COMPRIMIDO REVESTIDO	COMP	9000					
94	FOSFATO SITAGLIPTINA + CLORIDRATO DE METFORMINA 50/500MG, COMPRIMIDO REVESTIDO.	COMP	3000					
95	FOSFATO SITAGLIPTINA + CLORIDRATO DE METFORMINA 50/850MG, COMPRIMIDO	COMP	6000					
96	HEMIFUMARATO DE BISOPROLOL 1,25MG	COMP	1500					
97	HEMIFUMARATO DE BISOPROLOL 2,5MG COMPRIMIDO REVESTIDO	COMP	1500					
98	HEMIFUMARATO DE BISOPROLOL 5MG COMPRIMIDO REVESTIDO	COMP	3000					
99	FUMARATO DE FORMOTEROL DI-HIDRATADO + BUDESONIDA 12/400MCG CÁPSULAS PARA INALAÇÃO	CAP	1800					
100	GEL HIDRATANTE	BIS	60					



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU
Secretaria Municipal de Governo



PMCA/RJ
PROCESSO N.º: 114/2019

RUBRICA _____ FLS _____

	INTRAVAGINAL 30 gramas							
101	GLIMEPIRIDA 4MG	COMP	1500					
102	HARPAGOPHYTUM PROCUMBENS EXTRATO SECO 400 MG	COMP	1800					
103	HIDRATO DE CALCIPOTRIOL + DIPROPIONATO DE BETAMETASONA 50MCG/G + 0,5MG/G 30G	BIS	60					
104	HIALURONATO DE SÓDIO 0,15% Sol. Oftálmica. Frasco 10ml	FR	60					
105	Hidroxicloroquina 400mg comp	COMP	500					
106	HIPROMELOSE 0,3% GEL LUBRIFICANTE OFTÁLMICO 10G	FR	120					
107	IMIQUIMODE 50 MG/G CREME DERMATOLÓGICO, SACHE 250 MG	SACH	3000					
108	INDAPAMIDA 1,5MG COMPRIMIDO REVESTIDO.	COMP	9000					
109	INDAPAMIDA 1,5 mg SR COMPRIMIDO REVESTIDO LIBERAÇÃO PROLONGADA.	COMP	3000					
110	INSULINA ASPART 100UI/ML - 10 ML SOLUÇÃO INJETAVEL	FR	300					
111	INSULINA ASPART 100UI/ML - 3 ML SOLUÇÃO INJETAVEL	CAN.	600					
112	INSULINA DEGLUDECA 100 UI/ML 3 ML	CAN.	540					
113	Insulina glargina 100 UI/ml frasco 10 ml.	FR/A	1800					
114	INSULINA GLARGINA 100 UI/ML REFIL 3 ML	CAN.	1200					
115	INSULINA GLULISINA 100UI/ML - 10 ML	FR/A	60					
116	INSULINA LISPRO 100UI/ML	FR/A	1200					



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU
Secretaria Municipal de Governo



PMCA/RJ
PROCESSO N.º: 114/2019

RUBRICA _____ FLS _____

	FRASCO 10 ML							
117	INSULINA LISPRO 100 UI/ML REFIL 3ML	CAN.	600					
118	INSULINA LIRAGLUTIDA 6MG/ML - 2 SISTEMAS (CANETA) COM 3ML SOL. CADA	CAN.	900					
119	LATANOPROSTA 50mcg - 2,5ml -sol.Oftalm	FR	60					
120	LEVANLODIPINO, BESILATO 2,5 MG	COMP	1500					
121	LEVANLODIPINO, BESILATO 5MG	COMP	1200					
122	LEVOTIROXINA SÓDICA 112 MCG	COMP	1200					
123	LEVOTIROXINA SÓDICA 125MCG	COMP	3000					
124	LEVOTIROXINA SÓDICA 150 MCG	COMP	1200					
125	LEVOTIROXINA SÓDICA 175MCG	COMP	1200					
126	LEVOTIROXINA SODICA 38MCG	COMP	1200					
127	LEVOTIROXINA SÓDICA 62,5 MCG	COMP	1200					
128	LEVOTIROXINA SÓDICA 88MCG	COMP	3000					
129	LINAGLIPTINA 5MG COMPRIMIDO REVESTIDO	COMP	6000					
130	LIDOCAÍNA 50MG + SULFATO DE NEOMICINA 5MG + HIALURONIDASE 50 - 15G	BIS	60					
131	LOSARTANA + HIDROCLOROTIAZIDA 50 + 12,5MG	COMP	3000					
132	MALEATO DE TRIMEBUTINA 200 MG.	COMP	1500					



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU
Secretaria Municipal de Governo



PMCA/RJ
PROCESSO N.º: 114/2019
RUBRICA _____ FLS _____

133	MELATONINA 5MG	COMP	900					
134	MESILATO DE RASAGILINA 1MG	COMP	600					
135	METOTREXATO 2,5 MG	COMP	9000					
136	METOTREXATO 50MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMP	120					
137	MICOFENOLATO DE MOFETILA 500MG	COMP	3000					
138	MONTELUCASTE DE SÓDIO 4MG SACHÊ	SACH	1200					
139	NIMODIPINO 30 MG	COMP	3000					
140	NITRENDIPINA 20MG	COMP	1800					
141	OLMESARTANA + ANLODIPINO 40/10MG	COMP	3000					
142	OLMESARTANA + ANLODIPINO 40/5MG	COMP	1800					
143	Oimesartana + Hidroclorotiazida 40/ 25mg.	COMP	3000					
144	OLMESARTANA MEDOXOMILA 20 MG	COMP	1800					
145	OLMESARTANA MEDOXOMILA 40MG	COMP	1800					
146	Omega 3 1000 mg	CAP	6000					
147	ORLISTATE 120 mg	COMP	3000					
148	PANTOPRAZOL DE SÓDIO 20 MG	COMP	3000					
149	PANTOPRAZOL DE SÓDIO 40 MG	COMP	3000					
150	PASSIFLORA INCARNATA L. 100MG + CRATAEGUS OXYACANTHA L. 30MG + SALIX ALBA L. 100MG EXTRATO SECO.	COMP	1500					
151	PERINDOPRIL 4MG	COMP	3000					
152	PERINDOPRIL + INDAPAMIDA 4/1,25 MG	COMP	3000					



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU
Secretaria Municipal de Governo



PMCA/RJ
PROCESSO N.º: 114/2019

RUBRICA _____ FLS _____

153	PIRACETAM 800MG	COMP	1200					
154	PLANTAGO OVATA 3,5G - SACHÊS 5G	SACH	3000					
155	PROPALTINITRATO 10MG	COMP	9000					
156	Ramipril 5 mg	COMP	1500					
157	Ranelato de estrôncio 2g.	SACH	3000					
158	Repaglinida 0,5 mg	COMP	1200					
159	RISEDRONATO SÓDICO 35MG	COMP	1200					
160	RIVAROXABAN 15MG	COMP	6000					
161	RIVAROXABAN 20 MG	COMP	18000					
162	ROSUVASTATINA CÁLCICA 10MG	COMP	6000					
163	ROSUVASTATINA CÁLCICA 5 MG	COMP	1800					
164	ROSUVASTATINA CÁLCIA 20 MG	COMP	3000					
165	SILIMARINA 70mg + D - METIONONA 100mg	DG	3000					
166	SOMATROPINA 4 UI - FR/AMP. 15 UI EM PÓ LIÓFILO + DILUENTE 1,5 ML.	AMP	3000					
167	SUCCINATO DE METROPOLOL 100MG	COMP	3000					
168	SUCCINATO DE METROPROLOL 25MG	COMP	3000					
169	Succinato de metoprolol 50mg	COMP	4800					
170	SULFATO DE GLICOSAMINA 1,5G - SACHÊ 3,95 G	SACH	30000					
171	SULFATO DE GLICOSAMINA 1,5 G + CONDRITINA 1,2 G - SACHÊ 5 G	SACH	15000					
172	SULFATO DE GLICOSAMINA 500MG + CONDRITINA 400MG	CAP	9000					
173	SUPLEMENTO DE VITAMINAS E MINERAIS DE A à ZINCO	COMP	15000					



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU
Secretaria Municipal de Governo



PMCA/RJ
PROCESSO N.º: 114/2019

RUBRICA _____ FLS _____

174	TADALAFILA 5 MG DIÁRIO	COMP	1500					
175	T AFLUPROSTA 15MCG/ML SOL. OFTÁLMICA - FLACONETES 0,3 ML	FLAC	1500					
176	TARTARATO DE BRIMONIDINA 0,2% 10ML - sol.. Oftalm	FR	120					
177	TARTARATO DE BRIMONIDINA Z 0,10 %, FRASCO 5 ML - SOL OFTÁLMICA	FR	120					
178	Tibolona 2,5 mg	COMP	3000					
179	TIMOLOL 0,5% + BRIMONIDINA 0,2% - 10 ML	FR	120					
180	TRAVAPOST 0,04% - 2,5ML - Sol.Oftálmica	FR	300					
181	TRIMETAZIDINA MR 35MG	COMP	6000					
182	TROPICAMIDA 1% SOL. OPFTÁLMICA 5ML	FR	36					
183	VACCINIUM MACROCARPON, SACHÊ COM 5 G	SACH	3000					
184	Valsartana 160 mg	COMP	9000					
185	Valsartana 320 mg	COMP	1500					
186	Valsartana 80mg.	COMP	4800					
187	VALSARTANA + HIDROCLOROTIAZIDA 160/ 12,5 MG	COMP	4800					
188	VARFARINA 5MG	COMP	1200					
189	VIDALGLIPTINA 50MG	COMP	4800					
190	Vidalgliptina 50mg + Metformina 1000mg.	COMP	6000					
191	Vidalgliptina 50mg + Metformina 850mg.	COMP	4800					
192	Vimocetina 5mg.	COMP	3000					
193	AMITRIPTILINA 10MG	COMP	1200					
194	CARBAMAZEPINA CR 200 MG	COMP	1200					
195	CABERGOLINA 0,5 MG	COMP	900					



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU
Secretaria Municipal de Governo



PMCA/RJ
PROCESSO N.º: 114/2019

RUBRICA _____ FLS _____

196	Carbonato de lítio 450mg	COMP	1800					
197	CELECOXIBE 200MG	COMP	1800					
198	Citalopram 20 mg	COMP	30000					
199	Cloridrato de amantadina 100mg	COMP	1800					
200	Cloridrato de bupropiona 150mg	COMP	6000					
201	CLORIDRATO DE DONEPEZILA 5 MG	COMP	3000					
202	CLORIDRATO DE DONEPEZILA 10 MG	COMP	3000					
203	CLORIDRATO DE DULOXETINA 30MG	CAP	1800					
204	CLORIDRATO DE DULOXETINA 60MG	CAP	1800					
205	Cloridrato de Levomepromazina 25 mg	COMP	1800					
206	Cloridrato de levomepromazina 100mg	COMP	1800					
207	Cloridrato de memantina 10mg	COMP	6000					
208	Cloridrato de metadona 10 mg	COMP	1800					
209	CLORIDRATO DE METILFENIDATO 10MG	COMP	3000					
210	CLORIDRATO DE TRAMADOL 50 MG CAP	CAP	18000					
211	CLORIDRATO DE TRAMADOL 100MG	CAP	6600					
212	CLORIDRATO DE TRAZODONA 150MG - RETARD	COMP	3000					
213	CLORIDRATO DE TRAZODONA 50MG	COMP	3000					
214	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA 37,5MG	CAP	1800					
215	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA 75MG	CAP	3000					
216	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA 150MG	CAP	3000					
217	CLONAZEPAM 2,5 MG/ML,	FR	600					



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU
Secretaria Municipal de Governo



PMCA/RJ
PROCESSO N.º: 114/2019
RUBRICA _____ FLS _____

	FRASCO 20 ML							
218	CLOBAZAN 10MG	COMP	1500					
219	CLOBAZAN 20MG	COMP	3000					
220	CLOXAZOLAN 2MG	COMP	1800					
221	CIPIONATO DE TESTOSTERONA 200MG SOLUÇÃO OLEOSA INJETÁVEL 100MG/ML AMPOLA DE 2ML	AMP	120					
222	DICLORIDRATO DE PRAMIPEXOL 0,25MG	COMP	4800					
223	DIMESILATO DE LISDEXANFETAMINA 30MG	CAP	1200					
224	DIVALPROATO DE SODIO 250MG	COMP	3000					
225	DIVALPROATO DE SÓDIO 500MG	COMP	3600					
226	Divalproato de Sódio ER 500mg.	COMP	3600					
227	FLUNITRAZEPAN 1mg	COMP	1500					
228	FOSFATO DE CODEÍNA 50MG	COMP	3000					
229	FOSFATO DE CODEINA 30 MG	COMP	1500					
230	Gabapentina 300 mg	COMP	9000					
231	HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA 25MG	COMP	3000					
232	HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA 50MG	COMP	4800					
233	HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA 100 MG	COMP	4800					
234	HEMITARTARATO DE ZOLPIDEM 10MG	COMP	4800					
235	LAMOTRIGINA 50MG	COMP	3000					
236	LEVODOPA 100MG + CARBIDOPA 25MG + ENTACAPONA 200MG	COMP	3600					
237	LEVODOPA + CLOR. DE BENSERAZIDA 100/25MG BD	COMP	3480					



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU
Secretaria Municipal de Governo



PMCA/RJ
PROCESSO N.º: 114/2019

RUBRICA _____ FLS _____

	COMPRIMIDO							
238	LEVODOPA + CLOR. DE BENSERAZIDA 100/25MG HBS CÁPSULA	CAP	1800					
239	LEVODOPA + CLOR. DE BENSERAZIDA 200/50 DR COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO MODIFICADA (LIBERAÇÃO DUPLA)	COMP	1200					
240	Lorazepam 2 mg	COMP	1800					
241	Mirtazapina 30 mg	COMP	3600					
242	Nitrazepam 5mg	COMP	1800					
243	NORTRIPTILINA 50MG	CAP	1800					
244	OXALATO DE ESCITALOPRAM 10MG	COMP	4800					
245	OLANZAPINA 5MG	COMP	1800					
246	Olanzapina 10 mg	COMP	3000					
247	OXALATO DE ESCITALOPRAM 15MG	COMP	1500					
248	OXALATO DE ESCITALOPRAM 20MG	COMP	4800					
249	OXCARBAZEPINA 300MG	COMP	2700					
250	OXCARBAZEPINA 600MG	COMP	3600					
251	PAROXETINA 25MG	COMP	1800					
252	PAROXETINA 20MG	COMP	12000					
253	PAROXETINA 40MG	COMP	1800					
254	PIMOZIDA 4 mg	COMP	1500					
255	PERICIAZINA 1% GOTAS	FR	120					
256	PERICIAZINA 4% GOTAS	FR	300					
257	PREGABALINA 75MG	CAP	24000					
258	PREGABALINA 150MG	CAP	9000					
259	RISPERIDONA 1MG/ML GOTAS	FR	600					
260	RIVASTIGMINA 10CM2	ADES	1800					
261	SERTRALINA 25MG	COMP	1800					



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU
Secretaria Municipal de Governo



PMCA/RJ
PROCESSO N.º: 114/2019

RUBRICA _____ FLS _____

262	SERTRALINA 50MG	COMP	30000					
263	SERTRALINA 75MG	COMP	1800					
264	SERTRALINA 100MG	COMP	4800					
265	SUCCINATO DE DESVENLAFAXINA 50MG	COMP	1800					
266	SUCCINATO DE DESVENLAFAXINA 100MG	COMP	1800					
267	SULFATO DE MORFINA PENTAIDRATADO 10MG	COMP	1500					
268	SULPIRIDA 200MG	COMP	3600					
269	TOPIRAMATO 25MG	COMP	4500					
270	TOPIRAMATO 50 MG	COMP	3300					
271	UNDECILATO DE TESTOSTERONA 250MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL 4ML	AMP	24					
272	VALPROATO DE SÓDIO 200MG/ML	FR	300					

VALOR POR EXTENSO:

OBS: Aquisição de Medicamentos de Especialidades para distribuição gratuita.

Espaço reservado a Licitante (carimbo e assinatura)

Prefeitura Municipal de Casimiro de Abreu - PMCA

EMPRESA:

CNPJ N.º:

ENDEREÇO:

BAIRRO

E-MAIL:

TEL:

CIDADE:

ESTADO

CEP:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU
Secretaria Municipal de Governo



PMCA/RJ
PROCESSO N.º: 114/2019
RUBRICA _____ FLS _____

ANEXO V – (MODELO) DECLARAÇÃO DE MENOR EMPREGADO
(Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal)

PESSOA JURÍDICA

(nome da empresa), CPF/CNPJ n.º _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). (nome do representante), portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

_____, ____ de _____ de ____
Assinatura do responsável pela empresa
Nome do responsável pela empresa

PESSOA FÍSICA

(nome do licitante), portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____, e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

_____, ____ de _____ de ____
Assinatura do responsável pela empresa
Nome do responsável pela empresa



ANEXO VI – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO n.º _____/_____.
LICITAÇÃO n.º _____/_____ – Pregão Presencial – FMS

ÓRGÃO GERENCIADOR: Secretaria Municipal _____, CNPJ: _____, Endereço: _____, neste ato representado pelo (a) Secretário (a) Municipal o Sr. (a) _____, brasileiro (a), portador (a) da carteira de identidade n.º _____, expedida pelo _____, e inscrita no CPF sob o n.º _____.

ÓRGÃO PARTICIPANTE: (quando houver): Secretaria Municipal _____, CNPJ: _____, endereço: _____, neste ato representado pelo (a) secretário (a) municipal o sr. (a) _____, brasileiro (a), portador (a) da carteira de identidade n.º _____, expedida pelo _____, e inscrita no cpf sob o n.º _____.

FORNECEDOR: (**razão social**), inscrita no cnpj/mf sob o n.º _____ estabelecida na _____, n.º _____ – (Bairro) – (Município)/Estado, representada, neste ato pelo seu representante legal o (a) Sr. (a) _____, portador da carteira de identidade n.º _____, expedida pelo _____, e inscrito no CPF sob o n.º _____.

O Município de Casimiro de Abreu, com sede na rua Padre Anchieta, 234, Centro, Casimiro de Abreu- RJ, inscrito no CNPJ sob o n.º 29.115.458/0001-78, por intermédio da Secretaria Municipal de _____, nos termos do estabelecido pela Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002, decreto municipal n.º 520, de 15.04.2015 e decreto municipal n.º 1626, de 08.08.2019, com aplicação subsidiária da lei federal n.º 8.666 de 21.06.1993, e alterações posteriores a estas normas, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no edital, resolve registrar os preços do fornecedor a cima identificado, observadas as disposições do Edital e as cláusulas deste instrumento:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA. A presente Ata destina-se ao Registro de Preço para _____.

1.1. Este instrumento não obriga a PMCA a adquirir os materiais nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência.

DOS PREÇOS

CLÁUSULA SEGUNDA. Os quantitativos, preços e prestadores encontram-se relacionados no quadro a seguir:

Razão Social do Fornecedor					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
TOTAL R\$					

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA TERCEIRA A vigência desta Ata será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação e consequentemente a assinatura da mesma, nos termos do art. 11 do Decreto Municipal n.º 1626 de 08.08.2019;

2. ÓRGÃO GERENCIADOR, ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S) E ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

CLÁUSULA QUARTA.

Órgão Gerenciador: O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria solicitante, inclusive para realizar a pesquisa para atualização dos preços praticados no mercado.

4.1. O órgão gerenciador deverá apreciar toda e qualquer alteração que implique acréscimo nos valores contidos na ata de Registro de Preço, tomando as medidas cabíveis sempre que houver necessidade;

4.1.1. gerenciar a ata de registro de preço;

4.1.2. Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;

4.1.3. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório;



- 4.1.4. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;
- 4.1.5. Autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo previsto no §4º do art.21 do Decreto 1626/2019;
- 4.1.6. Avaliar pedidos de adesão e orientá-los, se necessário;
- 4.1.7. Poderá pedir auxílio técnico aos órgãos participantes para execução das atividades previstas nos itens 4.1 e 4.1.1 deste instrumento;
- 4.1.8. Celebrar assinatura de contrato, contendo seus quantitativos e toda e qualquer particularidade seja na execução do objeto quando o mesmo se referir a aquisição e/ou fornecimento que seja executado em mais parcela, tenha necessidade de formalização de garantia e/ou possua peculiaridade em seu fornecimento. Ficando desobrigados da confecção contratual os casos de entrega imediata sem obrigação futura.

Órgão Participante:

- 4.2. celebrar assinatura de contrato, contendo seus quantitativos e toda e qualquer particularidade seja na execução do objeto quando o mesmo se referir a aquisição e/ou fornecimento que seja executado em mais parcela, tenha necessidade de formalização de garantia e/ou possua peculiaridade em seu fornecimento. Ficando desobrigados da confecção contratual os casos de entrega imediata sem obrigação futura;
- 4.2.1. apreciar toda e qualquer alteração que implique acréscimo nos valores contidos na ata de Registro de Preço, e em caso de discordância das razões apresentadas recomendar ao órgão gerenciador as medidas a serem adotadas;
- 4.2.2. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

Órgãos não Participantes:

- 4.3. Os Órgãos não Participantes do certame, que possuam Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, diverso dos participantes poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador e ao fornecedor, através de ofício no qual deve estar contido o quantitativo pretendido, condições e local de fornecimento para fins de verificação quanto a possibilidade de adesão, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e regras estabelecidas no Edital e na Lei nº 8.666 de 1993.
- 4.3.1. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 4.3.2. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da Ata
- 4.3.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de preço para o órgão gerenciador e para órgãos participantes.
- 4.3.4. O instrumento convocatório preverá que o quantitativo decorrente das adesões a ata de registro de preço não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preço para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.
- 4.3.5. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando a ocorrência ao órgão gerenciador.
- 4.3.6 Todo órgão, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se que a contratação atende a seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados.

DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA **CLÁUSULA QUINTA.**

- 5.1 - O prazo para entrega será de _____ (_____) _____ após solicitação feita pelo órgão solicitante. O referido prazo começará a fluir a partir da data da assinatura da Ordem de Fornecimento;
- 5.2 – Quando solicitados em caráter de urgência, a entrega deverá acontecer em sua totalidade pela Contratada no prazo máximo de _____ (_____) _____. O referido prazo começará a fluir a partir da data da assinatura da Ordem de Fornecimento;
- 5.3 - A CONTRATADA deverá entregar o objeto (forma, local e modo de entrega).



DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA
CLÁUSULA SEXTA.

6.1. Local de entrega:

6.1.1 - O prazo para fornecimento deverá ser em até 15 (quinze) dias corridos, de acordo com a ordem de execução do Secretário/Presidente do Fundo Municipal de Saúde ou pessoa por ele autorizada para este fim, acompanhada de Nota de Empenho, sob pena de ser cancelada a aquisição.

6.1.2 – Os medicamentos deverão ser entregues no endereço indicado na tabela abaixo, de segunda-feira a sexta-feira, no horário de 9h às 11h e/ou de 13h as 16h, mediante agendamento pelos telefones informados:

Item	Localidade	Quant.	Endereço	Contato
1	Casimiro de Abreu /RJ	01	Setor de Patrimônio e almoxarifado da SMS, situada à Rua Franklin José dos Santos nº 271 – Centro	Tel: (22) 2778-1248 (22) 2778-4130

6.2. Condições de entrega:

6.3.1- Os medicamentos serão recebidos provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência;

6.3.2- Os medicamentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades; devendo ser lavrado termo de recusa, contendo as desconformidades, devendo ainda produto rejeitado ser recolhido no prazo máximo de 48 horas.

6.3.3 – Os medicamentos serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, havendo a conseqüente aceitação mediante termo circunstanciado;

6.3.4–O recebimento provisório ou definitivo dos objetos não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;

6.3.5 - Caberá ao fornecedor vencedor arcar com os custos diretos e indiretos, inclusive despesas com embalagem, taxas de frete e seguro da entrega do(s) material (is) a ser (em) substituído(s);

6.3.6 - O órgão solicitante reserva-se o direito de impugnar os medicamentos entregues, se esses não estiverem de acordo com as especificações técnicas deste Termo de Referência;

6.3.7- Somente serão permitidos os medicamentos com validade igual ou superior a 75 % da sua validade acordo com o especificado, não se admitindo, sob qualquer hipótese, medicamentos com validade diferente da especificada acima.

6.3.8 - Caso sejam identificados defeitos e/ou discrepâncias em relação às especificações exigidas, a CONTRATADA deverá promover a substituição dos medicamentos recusados em **até 10(dez) dias corridos**, contados do requerimento do Fundo Municipal de Saúde – FMS.

6.3.9 - No caso de rejeição das partes, entregues em desconformidade com as especificações deste Termo de Referência, o prazo para substituição será de 10 **(dez) dias corridos**;

6.3.10 - Na hipótese de substituição, **será contado novo prazo de garantia, a partir do novo recebimento definitivo.**

6.4 . Os futuros fornecedores da Ata de Registro de Preços originária deste processo serão obrigados a observar os preços da Tabela CMED (CÂMARA DE REGULAÇÃO ANVISA), como balisadores da contratação, não devendo ser aplicado preço acima da Tabela da CMED, sob pena de cancelamento do pedido para adequação, de acordo com as Orientações Interpretativas da CMED, oriundas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária



DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

CLÁUSULA SÉTIMA.

7.1. O objeto deverá ser recebido conforme previsto na forma do art. 73, inciso II da Lei Federal n.º 8.666/93.

7.2. O recebimento provisório do objeto da licitação não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução e dar-se-á, mediante recibo, se satisfeitas as seguintes condições:

- a) material embalado, acondicionado e identificado por setor requisitantes da PMCA, conforme informações fornecidas.
- b) quantidades em conformidade com o estabelecido no edital;
- c) entrega no prazo, no local e no horário previsto no edital.

7.2.1. O material em evidente desconformidade com as especificações exigidas será recusado no ato da entrega, sob total responsabilidade do fornecedor, que deverá providenciar a entrega do material adquirido dentro do prazo previsto.

7.3. O recebimento definitivo do material dar-se-á:

- a) após verificação física que constate a integridade e correção do produto;
- b) após a verificação da conformidade com quantidades e especificações de cada pedido.

7.4. No caso de consideradas insatisfatórias as condições do material recebido provisoriamente, será lavrado Termo de Recusa, contendo as desconformidades, devendo o produto rejeitado ser recolhido e substituído no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas.

7.5. Durante o recebimento dos produtos, o responsável pelo recebimento poderá exigir a substituição de qualquer um dos produtos que não esteja de acordo com os padrões de qualidade exigidos.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA OITAVA. Constituem obrigações:

8.1. Da PMCA

8.1. Fiscalizar a entrega dos materiais, através de servidor designado para este fim, em conformidade com o contrato;

8.1.2. Realizar o pagamento de acordo com o fornecimento a ser empenhado/contratado consoante a necessidade desta Secretaria no decorrer do período previsto, devendo-se ainda o respectivo pagamento ser procedido em até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal.

8.2. Do Fornecedor

8.2.1. Responder por todos os danos causados ao Contratante ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo no fornecimento dos combustíveis do objeto deste Projeto Básico/Contrato.

8.2.2. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato.

8.2.3. A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no valor total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução de procedimentos.

8.2.4. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

8.2.5. Comunicar imediatamente a PMCA qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência.

8.2.6. Indenizar terceiros e/ou o Tribunal, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

8.2.7. Manter, durante a vigência desta Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

8.2.8. Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento.

8.2.9. Executar, mediante ordem de fornecimento, de acordo com as condições previstas, as entregas do objeto deste instrumento;

8.2.10. Executar diretamente o objeto, conforme estabelecido na licitação, sem transferência de responsabilidade ou subcontratação;

8.2.11. Respeitar a melhor técnica vigente durante a execução dos fornecimento/serviços.

8.2.12. Aceitar acréscimos ou supressões, nos termos do artigo 65 da Lei 8.666/93.

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA NONA. A PMCA pagará aos fornecedores o valor unitário registrado por item multiplicado pela quantidade solicitada, que constará da ordem de fornecimento e da Nota de Empenho.

9.1. No preço unitário estão incluídos todos os impostos, taxas e encargos sociais, além das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, e das despesas com transportes, as quais correrão por conta dos fornecedores.

9.2. O fornecedor deverá emitir a nota fiscal, com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação e conseqüentemente lançado nesta Ata.

9.3. A contratada apresentará nota fiscal eletrônica no ato de cada entrega dos materiais constando todos os itens entregues, a fim de ser atestado por 02 (dois) servidores e posteriormente encaminhada para pagamento, que deverá ser realizado em até 30 (trinta) dias;



- 9.4.** O pagamento somente será efetuado ao Fornecedor, desde que obedeça às formalidades legais condições previstas;
- 9.5.** Na ocasião de cada pagamento a ser efetuado, observadas as condições previstas, aplicar-se-á, no que couber, o disposto na Lei Federal No. 9.430, de 27 de dezembro de 1996, na Lei Federal No. 8.212, de 24 de julho de 1991 e na Lei Complementar No. 106, de 31 de julho de 2003 e Protocolo ICMS 42/2009 (NF-e), combinada com a correspondente lei municipal do local de prestação dos serviços, com as alterações e regulamentações posteriores.
- 9.6.** Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações desde que este atraso decorra de culpa da PMCA, o valor devido será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) a título de multa, além de 0,033% (trinta e três milésimo por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida;
- 9.7.** O pagamento da multa e da compensação financeira a que se refere o sub item anterior será efetivado mediante a autorização expressa da Secretaria Municipal de Fazenda/SEMED, em processo próprio, que se iniciará com requerimento do dirigido ao Secretário (a) Municipal de Fazenda/SEMED;
- 9.8.** Caso a PMCA efetue pagamento devido a contratada em prazo inferior a 30 (trinta) dias, será descontada da importância devida o valor correspondente a 0,033% (trinta e três milésimo por cento) por dia de antecipação;
- 9.9.** No caso de a CONTRATADA ser enquadrada nas hipóteses de não retenção constante do Art. 4º, ou como pessoa jurídica amparada por medida Judicial constante do Art. 36, ambos da instrução normativa SRF, nº 1.234, de 11.01.2012, deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança a comprovação exigida na referida instrução normativa, sob pena de retenção de tributos da fonte;
- 9.10.** Na hipótese de o documento de cobrança apresentar erros, fica suspenso o prazo para o pagamento respectivos, prosseguindo-se a contagem somente após apresentação da nova documentação isenta de erros.

DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

CLÁUSULA DÉCIMA

- 10.1.** O preço registrado se manterá fixo e irrevogável durante a vigência da ata, podendo ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, conforme art. 4º, IV do Decreto Municipal 1626/2019, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do **caput** do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, Conforme determina o art. 16 do Decreto Municipal 1626/2019;
- 10.1.1.** Para constatação da oscilação do preço de mercado poderá ser observados os registros no banco de dados das pesquisas de mercado disponíveis no Departamento de Compras;
- 10.2.** Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;
- 10.2.1.** Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;
- 10.2.2.** A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original;
- 10.3.** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento ou emissão de nota de empenho, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
 - II - convocar os demais fornecedores registrados em Ata, para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 10.3.1.** Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 10.4.** O registro do fornecedor será cancelado quando:
- I - Descumprir as condições da ata de registro de preços;
 - II - Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
 - III - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
 - IV - Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do **caput** do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002 e art. 13 do Decreto Municipal 520/2015.
- 10.4.1.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do **caput** será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 10.5.** O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
- I - por razões de interesse público; ou
 - II - a pedido do fornecedor.



DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. A presente Ata ou o registro de fornecedor específico poderá ser cancelado de pleno direito nas seguintes situações:

11.1. Pela PMCA:

- a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- b) quando o fornecedor não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- c) quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aos praticados no mercado;
- e) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificadas pelo órgão Gerenciador.
- f) não manter as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

11.2. Pelo Fornecedor:

a) mediante solicitação por escrito, antes do pedido de fornecimento, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;

b) mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou força maior.

11.3. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no "Diário Oficial do Município", por duas vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Órgão Gerenciador facultando-se a este a aplicação das sanções previstas nesta Ata.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do fornecedor, relativas ao fornecimento dos itens.

11.6. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei Federal nº 8.666/93, a PMCA adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

DO CADASTRO DE RESERVA

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12. Nas hipóteses previstas na cláusula *décima primeira*: deste instrumento, será convocado, durante a vigência da ata, na ordem remanescente de classificação, os licitantes registrados no cadastro de reserva.

12.1. As empresas que integrarem o cadastro de reserva somente terão sua proposta, bem como sua documentação habilitatória, analisada, para fins de aceitação e habilitação, quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente, nas hipóteses mencionadas.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. Pela inexecução total ou parcial da entrega do material, garantida a ampla defesa, a Contratada ficará sujeita às seguintes sanções:

13.1. Ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Casimiro de Abreu, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas e demais cominações legais, nos termos do art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93, do art. 7º da Lei Federal n.º 10.520/02, e alterações posteriores, o licitante que:

- a) convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata Ordem de Fornecimento ou Autorização de Prestação de Serviço, deixar de apresentar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa;
- b) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- c) não manter a proposta;
- d) falhar ou fraudar a execução da Ata ou ordem de fornecimento;
- e) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

13.2. Pela inexecução total ou parcial da Ata ou da Autorização de Compra, garantida a ampla defesa, a Contratada ficará sujeita às seguintes sanções:

- a) advertência, por escrito, informando à contratada sobre o descumprimento de quaisquer obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;
- b) multa, observados os seguintes limites:
 - b.1) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;
 - b.2) 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou prestação do objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou causem transtornos, ainda, fora das especificações contratadas.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU
Secretaria Municipal de Governo



PMCA/RJ
PROCESSO N.º: 114/2019
RUBRICA _____ FLS _____

c) suspensão temporária de participar em licitações promovidas pelo Tribunal e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, nos termos da Lei 8.666/93 e demais disposições correlatas;
d) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93..

13.3. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste edital.

13.4. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido pela Contratada, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da notificação da sanção, sob pena de ser descontado da garantia prestada ou do pagamento eventualmente devido pela Secretaria.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

- a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.
- b) é vedado caucionar ou utilizar a Ordem de Fornecimento ou Autorização de prestação de serviço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. As partes elegem o foro da Comarca de Casimiro de Abreu/RJ para dirimir dúvidas ou litígios eventualmente emergentes em decorrência desta Ata. E por estarem assim ajustadas, as partes assinam a presente Ata.

Casimiro de Abreu, ____ de _____ de _____.

SECRETARIA MUNICIPAL DE _____
(Nome do Secretario)

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
Representante(procurador): _____

Testemunhas:

1. _____ CPF: _____

2. _____ CPF: _____



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU
Secretaria Municipal de Governo



PMCA/RJ
PROCESSO N.º: 114/2019
RUBRICA _____ FLS _____

ANEXO VII – (MODELO)
ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

A situação financeira das licitantes será aferida por meio dos índices de: liquidez corrente - LC, liquidez geral - LG e solvência geral - SG.

LC= Ativo Circulante
Passivo Circulante

LG= Ativo Circulante (+) Realizável a Longo Prazo
Passivo Circulante (+) Exigível a Longo Prazo

SG= Ativo Total
Passivo Circulante(+) Exigível a Longo Prazo

Os índices calculados, obrigatoriamente, acompanharão as demonstrações contábeis, sendo consideradas habilitadas as empresas que apresentarem os seguintes resultados:

Liquidez corrente	índice maior ou igual a 1,00
Liquidez geral	índice maior ou igual a 1,00
Solvência geral	índice maior ou igual a 1,00

OBS: O documento deverá conter a assinatura original do contador.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU
Secretaria Municipal de Governo



PMCA/RJ
PROCESSO N.º: 114/2019
RUBRICA _____ FLS _____

ANEXO VIII
(MODELO)

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A Empresa _____, com sede na _____, inscrita no CNPJ n _____, vem, por intermédio do representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da carteira de Identidade n _____ e do CPF/MF _____, DECLARAR, sob as penas da Lei, que é _____ (MICROEMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE), que cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como ME-EPP e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no Parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar n 123/2006, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os Artigos 42 a 49 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

_____, ____ de _____ de 20__

Representante Legal

Obs.: Esta declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa e entregue fora de qualquer envelope.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU
Secretaria Municipal de Governo



PMCA/RJ
PROCESSO N.º: 114/2019
RUBRICA _____ FLS _____

ANEXO IX – (MODELO) DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

Ref. ao Pregão N.º ____/____

A firma / Empresa _____, Sediada na rua _____, n.º _____, _____ (cidade) (estado), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (C.N.P.J) sob n.º _____ por seu representante legal (Diretor gerente, Proprietário, etc.) DECLARA, sob as penas da lei, que não está sujeita a qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, inexistindo até a presente data fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____, _____ de _____ de _____
Assinatura do responsável pela empresa
Nome do responsável pela empresa



ANEXO X – (MODELO) ORDEM DE FORNECIMENTO

Processo n.º.: ___/20___
 Licitação n.º.: ___/20___
 Fornecedor:
 Endereço:
 CNPJ:

1. Objeto: A presente destina-se à _____ conforme Edital de Pregão n.º _____.

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID.	QUANT.	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL

2. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA:

2.1. Prazo de entrega:

2.1.1 – O prazo para fornecimento deverá ser em até 15 (quinze) dias corridos, de acordo com a ordem de execução do Secretário/Presidente do Fundo Municipal de Saúde ou pessoa por ele autorizada para este fim, acompanhada de Nota de Empenho, sob pena de ser cancelada a aquisição

2.2. Local de entrega:

2.2.1 Os medicamentos deverão ser entregues no endereço indicado na tabela abaixo, de segunda-feira a sexta-feira, no horário de 9h às 11h e/ou de 13h as 16h, mediante agendamento pelos telefones informados:

Item	Localidade	Quant.	Endereço	Contato
1	Casimiro de Abreu /RJ	01	Setor de Patrimônio e almoxarifado da SMS, situada à Rua Franklin José dos Santos nº 271 – Centro	Tel: (22) 2778-1248 (22) 2778-4130

2.3. Condições de entrega:

2.3.1- Os medicamentos serão recebidos provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência;

2.3.2- Os medicamentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades; devendo ser lavrado termo de recusa, contendo as desconformidades, devendo ainda produto rejeitado ser recolhido no prazo máximo de 48 horas.

2.3.3 – Os medicamentos serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, havendo a consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

2.3.4– O recebimento provisório ou definitivo dos objetos não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;

2.3.5 - Caberá ao fornecedor vencedor arcar com os custos diretos e indiretos, inclusive despesas com embalagem, taxas de frete e seguro da entrega do(s) material (is) a ser (em) substituído(s);

2.3.6 - O órgão solicitante reserva-se o direito de impugnar os medicamentos entregues, se esses não estiverem de acordo com as especificações técnicas deste Termo de Referência;

2.3.7- Somente serão permitidos os medicamentos com validade igual ou superior a 75 % da sua validade acordo com o especificado, não se admitindo, sob qualquer hipótese, medicamentos com validade diferente da especificada acima.

2.3.8 - Caso sejam identificados defeitos e/ou discrepâncias em relação às especificações exigidas, a CONTRATADA deverá promover a substituição dos medicamentos recusados em **até 10(dez) dias corridos**, contados do requerimento do Fundo Municipal de Saúde – FMS.

2.3.9 - No caso de rejeição das partes, entregues em desconformidade com as especificações deste Termo de Referência, o prazo para substituição será de 10 (**dez**) dias corridos;

2.3.10 - Na hipótese de substituição, **será contado novo prazo de garantia, a partir do novo recebimento definitivo.**



2.3.11. - Os futuros fornecedores da Ata de Registro de Preços originária deste processo serão obrigados a observar os preços da Tabela CMED (CÂMARA DE REGULAÇÃO ANVISA), como balizadores da contratação, não devendo ser aplicado preço acima da Tabela da CMED, sob pena de cancelamento do pedido para adequação, de acordo com as Orientações Interpretativas da CMED, oriundas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária

3 - PRAZO E CONDIÇÕES DE GARANTIA

3.1 - A CONTRATADA deverá prestar garantia técnica contra defeitos de fabricação, defeitos de materiais ou de manufatura, vícios – aparentes ou ocultos –, pelo período 12 (doze) meses, **contados do recebimento definitivo dos materiais;**

4. DO PAGAMENTO

4.1. A nota fiscal deverá ser apresentada após o recebimento definitivo dos equipamentos de cada evento, a fim de ser atestada e posteriormente encaminhada para pagamento, que deverá ser efetuado em até 30 (trinta) dias;

4.2. O Fundo Municipal de Saúde - SMS somente efetuará o pagamento à CONTRATADA, desde que obedeça às formalidades legais e contratuais previstas;

4.3. O pagamento será realizado em até 30 dias após a apresentação da nota fiscal, que deverá ser apresentada após a entrega definitiva dos equipamentos, para fins de verificação de eventuais descontos, decorrentes de penalidades impostas à **CONTRATADA**, por descumprimento de obrigações contratuais.

4.4. “Ficam obrigados a emitir Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, modelo 55, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, a partir de 1º de dezembro de 2010, os contribuintes que, independentemente da atividade econômica exercida, realizem operações:

I - destinadas à Administração Pública direta ou indireta, inclusive empresa pública e sociedade de economia mista, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” (Protocolo ICMS 42/2009, Cláusula Segunda);

4.5. Na ocasião de cada pagamento a ser efetuado, serão observadas as condições estabelecidas no item 2 do Edital.

Casimiro de Abreu, ____ de _____ de 20__.

Secretario de _____

Pela empresa: _____



ANEXO XI – MINUTA DE CONTRATO

MINUTA DE Termo de Contrato n.º. ____/20____, que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE CASIMIRO DE ABREU** e a Firma _____, referente à aquisição de medicamentos de especialidade para distribuição gratuita.

O **MUNICÍPIO DE CASIMIRO DE ABREU**, inscrito no CNPJ sob o n.º. 29.115.458/0001-78, estabelecido na Rua Padre Anchieta, 234 – Centro, CEP 28.860-000, nesta Cidade, doravante denominado **CONTRATANTE**, representado, neste ato, pelo **Secretário Municipal de Saúde** o _____, brasileiro, Carteira de Identidade n.º. _____, expedida pelo _____, e, inscrito no CPF sob o n.º. _____, com recursos do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrito no CNPJ sob o no 08.772.020/0001-92, estabelecido na Rua Franklin José dos Santos, n.º 271 – Centro – Casimiro de Abreu/RJ, CEP 28.860-000, nesta Cidade, doravante denominada **FUNDO** e, e, de outro lado, a firma _____, inscrita no CNPJ sob o n.º. _____, estabelecida na Rua _____, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato pelo seu representante legal o(a) Sr(a). _____, brasileiro(a), carteira de identidade n.º. _____, e inscrito no CPF sob o n.º. _____, têm entre si, na conformidade do que consta o processo administrativo n.º. ____/____, originado da Secretaria Municipal de _____, objeto da licitação sob a modalidade Pregão Presencial Registro de Preço n.º ____/____, com base no que dispõem as Leis Federais n.º. 10.520/2002 e n.º 8.666/1993 e o Decreto Municipal 520/2015 e 1626/2019, justo e acordado o presente contrato, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
 DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO**

1. O presente contrato, que será gerido pelo Fundo Municipal de Saude, fundamenta-se nas Leis Federais n.º 10.520/2002 e n.º 8.666/1993 e está vinculado ao edital e anexos do Pregão Presencial Registro de Preço n.º ____/____, bem como à proposta da **CONTRATADA**, na conformidade do que consta o processo administrativo n.º. ____/____, originado da Secretaria Municipal gestora do contrato. O detalhamento da aquisição, bem como todas as informações concernentes é integrante do Anexo I – Termo de Referência - do edital e do memorial descritivo, constantes do processo administrativo supracitado, e das condições fornecidas pela Secretaria Municipal gestora do contrato.
 - 1.1. O presente Contrato Administrativo e seus casos omissos serão regidos por toda a legislação aplicável à espécie, e ainda pelas disposições que a complementar, alterar ou regulamentar, cujas normas, desde já, entendem-se como integrantes do presente instrumento. A **CONTRATADA** declara concordar em sujeitar-se às estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes mesmo que não expressamente transcritas no presente Contrato.
 - 1.2. Obriga-se a **CONTRATADA** a manter, durante toda a prestação do serviço do presente instrumento de Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar à **CONTRATANTE** a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA
 DO OBJETO E DO PREÇO**

2 A **CONTRATADA** compromete-se, por força do presente instrumento à entrega de medicamentos de especialidade para distribuição gratuita, no município de Casimiro de Abreu, observada a legislação normativa pertinente. O objeto do presente Contrato importa na sua totalidade em R\$ _____ (_____), sendo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL POR ITEM
Total					

**CLÁUSULA TERCEIRA
 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 3 A despesa, objeto do presente Contrato, na importância prevista na Cláusula Segunda e correrá à conta da **Classificação Funcional** _____, **Projeto/Atividade** _____ e **Elemento de**



Despesa _____, respectivos, integrantes do Orçamento do **MUNICÍPIO**, para o corrente exercício do Fundo Municipal de Saúde.

**CLÁUSULA QUARTA
DO PRAZO**

- 4 O presente Contrato terá vigência pelo prazo de _____ (_____) _____, a contar da data de sua celebração.
- 4.1 A entrega do objeto previsto na Cláusula Segunda do presente instrumento de contrato deverá ser feita de acordo com as solicitações da Secretaria Municipal gestora do contrato, podendo o prazo de entrega e/ou de vigência do contrato ser prorrogado por termo aditivo, de comum acordo entre as partes, desde que não implique em modificação do objeto do contrato, observando as hipóteses do Art. 57 da Lei 8666/93.

**CLÁUSULA QUINTA
DO REGIME DE EXECUÇÃO E DA FORMA DE ENTREGA**

- 5 Os itens a serem entregues são os constantes do Pregão Presencial Registro de Preço n.º. ____/____, e das propostas que foram apresentadas durante a licitação
- 5.1 O detalhamento dos itens e do fornecimento, bem como todas as informações concernentes é integrante do Anexo I – Termo de Referência - constante do edital de Pregão Presencial Registro de Preço n.º. ____/____, e das condições fornecidas pelo Fundo Municipal de Saúde, no processo administrativo ____/201____.
- 5.2 O prazo para fornecimento deverá ser em até 15 (quinze) dias corridos, de acordo com a ordem de execução do Secretário/Presidente do Fundo Municipal de Saúde ou pessoa por ele autorizada para este fim, acompanhada de Nota de Empenho, sob pena de ser cancelada a aquisição;
- 5.3 Os medicamentos deverão ser entregues no endereço, Setor de Patrimônio e almoxarifado da SMS, situada à Rua Franklin José dos Santos n.º 271 – Centro – Casimiro de Abreu/RJ, de segunda-feira a sexta-feira, no horário de 9h às 11h e/ou de 13h as 16h, mediante agendamento pelos telefones (22) 2778-1248, (22) 2778-4130.
- 5.4 Os medicamentos serão recebidos provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência;
- 5.5 Os medicamentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades; devendo ser lavrado termo de recusa, contendo as desconformidades, devendo ainda produto rejeitado ser recolhido no prazo máximo de 48 horas;
- 5.6 Os medicamentos serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, havendo a conseqüente aceitação mediante termo circunstanciado;
- 5.7 O recebimento provisório ou definitivo dos objetos não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;
- 5.8 Caberá a Contratada arcar com os custos diretos e indiretos, inclusive despesas com embalagem, taxas de frete e seguro da entrega do(s) material (is) a ser (em) substituído(s);
- 5.9 O órgão solicitante reserva-se o direito de impugnar os medicamentos entregues, se esses não estiverem de acordo com as especificações técnicas deste Termo de Referência;
- 5.10 Somente serão permitidos os medicamentos com validade igual ou superior a 75 % da sua validade acordo com o especificado, não se admitindo, sob qualquer hipótese, medicamentos com validade diferente da especificada acima;
- 5.11 Caso sejam identificados defeitos e/ou discrepâncias em relação às especificações exigidas, a CONTRATADA deverá promover a substituição dos medicamentos recusados em **até 10(dez) dias corridos**, contados do requerimento do Fundo Municipal de Saúde – FMS.
- 5.12 No caso de rejeição das partes, entregues em desconformidade com as especificações deste Termo de Referência, o prazo para substituição será de 10 **(dez) dias corridos**;
- 5.13 Na hipótese de substituição, **será contado novo prazo de garantia, a partir do novo recebimento definitivo**;

**CLÁUSULA SEXTA
DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

6. O objeto do presente Contrato será entregue na forma prevista no art. 73, inciso II da Lei Federal n.º. 8.666/93.
- 6.1. O recebimento provisório do objeto da licitação não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução e dar-se-á, mediante recibo, se satisfeitas às seguintes condições:



- 6.1.1. material embalado, acondicionado e identificado por setor requisitantes da **CONTRATANTE**, conforme informações fornecidas.
- 6.1.2. quantidades em conformidade com o estabelecido no contrato;
- 6.1.3. entrega no prazo, no local e no horário previsto no edital e no contrato.
- 6.2. O material em evidente desconformidade com as especificações exigidas será recusado no ato da entrega, sob total responsabilidade do fornecedor, que deverá providenciar a entrega do material adquirido dentro do prazo previsto.
- 6.3. O recebimento definitivo do material dar-se-á:
 - 6.3.1. após verificação física que constate a integridade e correção do produto;
 - 6.3.2. após a verificação da conformidade com quantidades e especificações de cada pedido.
- 6.4. No caso de consideradas insatisfatórias as condições do material recebido provisoriamente, será lavrado o Termo de Recusa, contendo as desconformidades, devendo o produto rejeitado ser recolhido e substituído no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7. A aquisição objeto do presente Contrato será paga da seguinte forma:

- 7.1. O pagamento será realizado em até 30 dias após a apresentação da nota fiscal, que deverá ser apresentada após a entrega do material, para fins de verificação de eventuais descontos, decorrentes de penalidades impostas à **CONTRATADA**, por descumprimento de obrigações contratuais.
- 7.2. Da nota fiscal deverá constar relação dos itens entregues, e a nota devidamente conferida e atestada, por 02 (dois) servidores da **CONTRATANTE**, que não o ordenador da despesa, será posteriormente encaminhada para pagamento, sendo processada em conformidade com a legislação vigente.
- 7.3. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços.
- 7.4. "Ficam obrigados a emitir Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, a partir de 1º de dezembro de 2010, os contribuintes que, independentemente da atividade econômica exercida, realizem operações: I - destinadas à Administração Pública direta ou indireta, inclusive empresa pública e sociedade de economia mista, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios" (Protocolo ICMS 42/2009, Cláusula Segunda);
- 7.5. Na ocasião do pagamento a ser efetuado, observadas as condições específicas da **CONTRATADA**, aplicar-se-á, no que couber, o disposto na Lei Federal No. 9.430, de 27 de dezembro de 1996, na Lei Federal Nº 8.212, de 24 de julho de 1991 e na Lei Complementar No. 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a correspondente Lei Municipal, com as alterações e regulamentações posteriores.
- 7.6. Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações desde que este atraso decorra de culpa da **CONTRATANTE**, o valor devido será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) a título de multa, além de 0,033% (trinta e três milésimo por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida;
- 7.7. O pagamento da multa e da compensação financeira a que se refere o subitem anterior será efetivado mediante a autorização expressa da Secretaria Municipal de Fazenda, em processo próprio, que se iniciará com requerimento da licitante contratada dirigido ao Secretário (a) Municipal de Fazenda;
- 7.8. Caso a **CONTRATANTE** efetue pagamento devido a contratada em prazo inferior a 30 (trinta) dias, será descontada da importância devida o valor correspondente a 0,033% (trinta e três milésimo por cento) por dia de antecipação;
- 7.9. No caso de a **CONTRATADA** ser enquadrada nas hipóteses de não retenção constante do Art. 4º, ou como pessoa jurídica amparada por medida Judicial constante do Art. 36, ambos da instrução normativa SRF, nº 1.234, de 11.01.2012, deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança a comprovação exigida na referida instrução normativa, sob pena de retenção de tributos da fonte;
- 7.10. Na hipótese de o documento de cobrança apresentar erros, fica suspenso o prazo para o pagamento respectivo, prosseguindo-se a contagem do prazo somente após apresentação da nova documentação isenta de erros.

CLÁUSULA OITAVA DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

8. A **CONTRATANTE** obriga-se a:

- 8.1. exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as etapas da entrega supracitada, inclusive designando um ou mais fiscais do contrato, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº. 8.666/1993; A existência e atuação da fiscalização da **CONTRATANTE** em nada restringem as responsabilidades únicas, integrais e exclusivas da **CONTRATADA**, no que concerne à aquisição contratada, e às suas conseqüências e implicações, próximas ou remotas.



- 8.2. expedir a Autorização para a Entrega ou documento equivalente;
- 8.3. esclarecer eventuais dúvidas sobre detalhes da aquisição e possíveis interferências que porventura não tenham sido suficientemente esclarecidas ou previstas;
- 8.4. notificar, por escrito, à **CONTRATADA** a ocorrência de quaisquer imperfeições no curso da entrega do objeto, fixando prazo para a sua correção;
- 8.5. efetuar o pagamento devido pela execução do objeto, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato;

CLÁUSULA NONA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9. A **CONTRATADA** obriga-se a:
 - 9.1. entregar os materiais com eficiência e qualidade, dentro dos prazos estipulados pela Secretaria gestora do contrato;
 - 9.2. informar ao gestor do contrato, assim que identificar, qualquer anomalia, que impeça a perfeita entrega dos materiais, solicitando novos prazos, se necessários.
 - 9.3. Fornecer, às suas custas, todos os materiais, ferramentas, insumos e mão de obra, necessários à entrega dos bens, bem como responsabilizar-se por todas as despesas relativas ao transporte e entrega do objeto.
 - 9.4. Reparar, corrigir, modificar e substituir, à suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem quaisquer defeitos de fabricação.
 - 9.5. aceitar integralmente todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo **CONTRATANTE**;
 - 9.6. nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-la na execução do contrato;
 - 9.7. tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos à **CONTRATANTE** e a terceiros, em consequência da aquisição, inclusive os que possam afetar os serviços a cargo de concessionárias;
 - 9.8. ser única, integral e exclusivamente responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, provenientes da aquisição, objeto deste contrato, respondendo por si e por seus sucessores, ficando obrigados a repará-los imediatamente, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas;
 - 9.9. ser também responsável por todos os ônus ou obrigações concernentes às legislações sociais, fiscais, securitárias ou previdenciárias, bem como por todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos extraordinários, despesas com instalações e equipamentos necessários à aquisição contratada, e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização da entrega dos bens, até a sua entrega, perfeitamente concluída;
 - 9.10. assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação;
 - 9.11. responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus cooperados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados por eles, à **CONTRATANTE** ou a terceiros;
 - 9.12. responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência da **CONTRATANTE**;
 - 9.13. responsabilizar-se por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
 - 9.14. responsabilizar-se por qualquer ônus decorrente de desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento de qualquer detalhe relativo à execução do objeto.
 - 9.15. Enviar mensalmente a seguinte documentação:
 - 9.15.1. Certidão Negativa de Débito referente a tributos Federais, Dívida Ativa da União e Previdência – CND;
 - 9.15.2. Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
 - 9.15.3. Documento de Arrecadação do Simples Nacional – DAS, devidamente acompanhado do comprovante de pagamento da competência anterior ao período de execução dos serviços, para os casos das empresas optantes;
 - 9.15.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhista;
 - 9.15.5. Certidão Negativa de Tributos Municipais (empresas sediadas no município).

Parágrafo Primeiro – A **CONTRATANTE** não será responsável por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano na indenização a terceiros em decorrência de atos da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

Parágrafo Segundo – A **CONTRATADA** não poderá, em hipótese alguma, caucionar ou utilizar o presente instrumento para qualquer operação financeira.



CLÁUSULA DÉCIMA
DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

10. Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse da **CONTRATANTE**, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DA RESCISÃO

11. O presente contrato poderá ser rescindido, nos termos dos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.
- 11.1. No caso de rescisão provocada por inadimplemento da **CONTRATADA**, a **CONTRATANTE** poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.
- 11.2. No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a **CONTRATADA** terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de a **CONTRATANTE** adotar, motivadamente, providências acauteladoras.
- 11.3. A rescisão do presente Contrato poderá ser:
- Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do Art. 78 da Lei Federal nº 8.666/1993; Nesses casos, a rescisão poderá acontecer por aviso, interpelação ou notificação judicial.
 - Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no presente processo administrativo, desde que haja conveniência para a Administração;
 - Judicial, nos termos da Legislação.
- 11.4. A rescisão contratual provocada pela inadimplência da contratada acarretará aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº. 8.666/1993, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA
DAS SANÇÕES

12. Ressalva dos casos de força maior, devidamente comprovado a Juízo do Município, a **CONTRATADA** incorrerá em multa quando houver atraso na entrega dos materiais do presente contrato;
- 12.1. O valor da multa será calculado à razão de 1%(um por cento)por dia de atraso,sobre valor do contrato;
- 12.2. Pela inobservância das especificações ou pela prática de irregularidades ou omissões na execução dos serviços objeto do presente instrumento a multa será de10%(dez por cento),sobre o valor do contrato;
- 12.3. Outras faltas cometidas pela **CONTRATADA** sem que seja prevista penalidade para o caso, a multa será de 2%(dois por cento)sobre o valor do contrato por infração;
- 12.4. As multas impostas à **CONTRATADA** em decorrência desse Contrato serão solvidas por ela na ocasião do pagamento dos serviços;
- 12.5. A **CONTRATADA**, assiste o direito de solicitar reconsideração por escrito ao município, no prazo de 24(vinte e quatro)horas,contados da data da notificação recebida, que será decidida pela autoridade competente em 5(cinco)dias,relevando ou não a multa;
- 12.6. Sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis nos termos da Lei Civil, o Município poderá impor à **CONTRATADA**, pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas neste instrumento, as seguintes sanções;
- 12.6.1. Advertência;
- 12.6.2. Multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração e no valor vigente à data de sua imposição, não podendo, no entanto, o seu valor total, exceder ao equivalente a10% (dez por cento) do valor do Contrato;
- 12.6.3. Suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratação com o Município, por prazo de120(cento e vinte) dias;
- 12.6.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o Município enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir o Município pelos prejuízos resultantes e após ocorrido o prazo de sanção aplicada no inciso anterior;
- 12.7. Os atos de aplicação de sanção serão motivados e obrigatoriamente publicados na imprensa local;
- 12.8. A **CONTRATADA** deverá efetuar o pagamento da multa dentro de 48(quarenta e oito) horas,sob pena de rescisão unilateral do Contrato;



- 12.9. É facultada a defesa prévia da CONTRATADA no respectivo Processo Administrativo, solicitado por escrito à autoridade competente, no prazo de 05(cinco)dias úteis que será decidida pela mesma autoridade, relevando ou não a sanção;
- 12.10. Parágrafo Único - As penas acima referidas serão propostas pela fiscalização e impostas pela autoridade competente.
- 12.11. **O Processo de penalização das empresas será instruído e impulsionado pela Secretaria que deu origem e autorizou processo licitatório, através da Autoridade Competente**

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA
DA COBRANÇA JUDICIAL

13. A cobrança judicial de quaisquer quantias devidas ao **CONTRATANTE** e decorrentes do presente termo far-se-á pelo processo de execução fiscal.
- 13.1. Se a **CONTRATANTE** tiver que ingressar em Juízo, a **CONTRATADA** responderá pelos honorários de advogado, fixados, desde já, em 20% (vinte por cento) do valor da causa, além de eventuais despesas direta ou indiretamente relacionadas com a cobrança prevista na Cláusula anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA
DO CASO FORTUITO E DA FORÇA MAIOR

14. São considerados casos fortuitos ou casos de força maior, para isenção de multas, quando o atraso na entrega contratada decorrer de:
- 14.1. Calamidade Pública;
- 14.2. outros que se enquadrem no conceito do art. 393 do Código Civil Brasileiro, devidamente comprovadas por laudo pericial do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

15. O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com o prévio e expresso consentimento do **CONTRATANTE**, sob pena de imediata rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA
DO FORO

16. Fica eleito o foro da Comarca de Casimiro de Abreu com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e na presença das suas testemunhas abaixo subscritas.

Casimiro de Abreu, ___ de _____ de _____.

Secretário Municipal de _____

Representante: _____
CONTRATADA

Testemunhas:

17. _____

CPF: _____

18. _____

CPF: _____



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU
Secretaria Municipal de Governo



PMCA/RJ
PROCESSO N.º: 114/2019
RUBRICA _____ FLS _____

**ANEXO XII
(MODELO) DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE VÍNCULO COM O SERVIÇO PÚBLICO**

Eu, _____, responsável legal da empresa _____ inscrita no CNPJ sob o nº _____, interessada em participar do **Pregão nº _____**, DECLARO, sob as penas da lei, que nos termos do artigo 9º, da lei 8666/93, a Empresa _____, NÃO possui em seu quadro de pessoal, servidores, empregados públicos ou dirigentes do município de Casimiro de Abreu, ou que tenha sido, nos últimos 180 (cento e oitenta) dias, ocupantes de cargo, emprego ou função no Município e/ou que tenha tomado parte na elaboração do projeto como autor ou colaborador.

Declaro, ainda, nos termos do artigo 98 da Lei Orgânica do Município de Casimiro de Abreu, que a empresa não possui em seu quadro pessoas ligadas ao Prefeito e seus auxiliares diretos, Vice-Prefeito e Vereadores por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, bem como esta situação não se persiste nos últimos 06 (seis) meses após findas as respectivas funções.

Local e data

Nome da Empresa Licitante
Responsável legal

OBS : favor preencher em papel timbrado da licitante, com assinatura do responsável legal (credenciado ou procurador).